



ARTESP

AGÊNCIA REGULADORA DE TRANSPORTE DO ESTADO DE SÃO PAULO

**ESPECIALISTA EM REGULAÇÃO DE TRANSPORTE I
ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS,
ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
OU ENGENHARIA DE PRODUÇÃO**

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Matemática e Raciocínio Lógico
- ▶ Regulação e Agências Reguladoras
- ▶ Legislação Aplicada à Regulação em Transportes
- ▶ Excel
- ▶ Regulação Econômica
- ▶ Matemática Financeira
- ▶ Noções de Estatística
- ▶ Métodos Quantitativos
- ▶ Contabilidade Geral
- ▶ Administração

MATERIAL DIGITAL

- ▶ Administração Pública (Noções de Direito Constitucional e Direito Administrativo)

INCLUI QUESTÕES GABARITADAS

EDITAL Nº 01/2025



BÔNUS

ÁREA DO
CONCURSEIRO

- **Português:** Ortografia, Fonologia, Acentuação Gráfica, Concordância, Regência, Crase e Pontuação.
- **Informática:** Computação na Nuvem, Armazenamento em Nuvem, Intranet, Internet, Conceitos, Protocolos e Segurança da informação.

40
ANOS
A SOLUÇÃO PARA O SEU CONCURSO



AVISO IMPORTANTE:



Este é um Material de Demonstração

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila.

Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, **esta não é a apostila completa.**

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- × Questões gabaritadas
- × Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da **APROVAÇÃO.**

Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.editorasolucao.com.br/>



ARTESP

**AGÊNCIA REGULADORA DE TRANSPORTE
DO ESTADO DE SÃO PAULO**

Especialista em Regulação de
Transporte I- Administração, Ciências
Contábeis, Economia, Administração
Pública ou Engenharia de Produção

EDITAL Nº 01/2025

CÓD: SL-024NV-25
7908433286097

Língua Portuguesa

1. Leitura e interpretação de diversos tipos de textos (literários e não literários)	11
2. Sinônimos e antônimos. Sentido próprio e figurado das palavras	15
3. Pontuação	19
4. Classes de palavras: substantivo, adjetivo, numeral, artigo, pronome, verbo, advérbio, preposição e conjunção: emprego e sentido que imprimem às relações que estabelecem	25
5. Concordância verbal e nominal	34
6. Regência verbal e nominal	38
7. Colocação pronominal	42
8. Crase	43

Matemática e Raciocínio Lógico

1. Conjuntos numéricos: naturais, inteiros, racionais e reais; potências e raízes	59
2. Múltiplos, divisores, números primos	71
3. Sistemas de Unidades de Medidas: comprimento, área, volume, massa e tempo	73
4. Razão e proporção: Proporção; Relação entre grandezas	78
5. Regra de três simples e regra de três composta	79
6. Porcentagem	80
7. Juros simples e juros composto	82
8. Equação do 1º grau, equação do 2º grau, sistemas de equações, equações exponenciais e logarítmicas	83
9. Funções: afins, quadráticas, exponenciais, logarítmicas	93
10. Progressões aritméticas e geométricas	107
11. Análise combinatória: permutação, arranjo e combinação; Probabilidade	109
12. Estatística básica: leitura e interpretação de dados representados em tabelas e gráficos; medidas de tendência central (média, mediana, moda); Interpretação e elaboração de tabelas e gráficos	113
13. Geometria plana: polígonos, circunferência, círculo, teorema de Pitágoras, trigonometria no triângulo retângulo; perímetros e áreas; Geometria espacial: prisma, pirâmide, cilindro, cone e esfera; áreas e volumes	116
14. Estrutura lógica de relações arbitrárias entre pessoas, lugares, objetos ou eventos fictícios; deduzir novas informações das relações fornecidas e avaliar as condições usadas para estabelecer a estrutura daquelas relações; orientação espacial e temporal, formação de conceitos, discriminação de elemento	123
15. Compreensão e elaboração da lógica das situações por meio de: raciocínio verbal, raciocínio matemático, raciocínio sequencial	127
16. Compreensão do processo lógico que, a partir de um conjunto de hipóteses, conduz, de forma válida, a conclusões determinadas	144

Regulação e Agências Reguladoras

1. O papel regulador do Estado. Pressupostos, objetivos e instrumentos. conceitos básicos: regulação econômica e social. Externalidades, bens públicos e bens comuns. assimetria de informação (seleção adversa e perigo moral); falhas de mercado (barreiras de entrada). Estado e regulação. Falhas de governo. Conceitos de regulação, desregulação e re-regulação	153
2. Abordagens econômicas. Teoria econômica da regulação teoria da captura teoria do agente principal.....	159
3. Formas de regulação. Regulação de preço. Regulação de entrada. Regulação de qualidade. Regulação setorial	161
4. Regulação do setor de transportes terrestres no Brasil.....	164
5. Boas práticas regulatórias: Análise do Impacto Regulatório.....	166
6. Regulação e formação de preços para estruturas de mercado de concorrência imperfeita	167
7. Conceitos básicos sobre regimes tarifários.....	168
8. Tarifação por custo de serviço	169
9. Tarifação por preço teto.....	170
10. Regulação por incentivos. Regulação para competição. Regulação Responsiva.....	171
11. Governança regulatória	173
12. Intervenções e estratégias regulatórias	174
13. Agenda Regulatória e o processo de participação e controle social.....	175
14. Monitoramento e revisões da Agenda Regulatória	176
15. Métodos de avaliação de resultado regulatório	177
16. Agências Reguladoras. Histórico, conceito, características e controle. Entidades reguladoras no Brasil. Estrutura jurídica e funções. Autonomia administrativa e poder normativo	177
17. Reforma do Estado e o papel das Agências Reguladoras.....	184

Legislação Aplicada à Regulação em Transportes

1. Lei Complementar estadual nº 1413, de 23/09/2024	189
2. Lei federal nº 9.704, de 07/07/1995 (estabelece normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos).....	206
3. Lei federal nº 8.987, de 13/02/1995 (sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos, art. 175 da Constituição Federal)	213
4. Lei estadual nº 7.835, de 08/05/1992 (dispõe sobre o regime de concessão de obras públicas, de concessão e permissão de serviços públicos e dá providências correlatas).....	220
5. Lei estadual nº 16.933, de 24/01/2019 (estabelece diretrizes gerais para a prorrogação e relicitação dos contratos de parceria e dá providências correlatas).....	224

Excel

1. Formatação Condicional; Filtros; Funções de pesquisa (PROCX, PROCV, PROCH); Operadores Aritméticos (soma, subtração, multiplicação e potência; Operadores condicionais (SE, E/OU); Tabela dinâmica; Gráficos; Gráficos dinâmicos; Fórmulas de texto (EXT.TEXTO; NÚM.CARACT; CONCATENAR; DIREITA; ESQUERDA; LOCALIZAR)	231
--	-----

Regulação Econômica

1. Elasticidade da demanda	251
2. Teoria da firma	252
3. Teoria econômica de indústrias reguladas Estrutura de mercado, concorrência perfeita e monopolística, oligopólio, monopólio.....	256
4. Falhas de mercado, externalidades, bens públicos, assimetria de informação (seleção adversa e perigo moral)	261
5. Regulação e formação de preços para estruturas de mercado de concorrência imperfeita	265
6. Conceitos básicos sobre regimes tarifários. Tarifação por custo de serviço. Tarifação por preço teto	265
7. Teorias da Regulação. Princípios e motivação. Teorias e conceitos básicos.....	265
8. Regulação por incentivos	270
9. Regulação para competição	270
10. Price Cap	270
11. Revenue Cap	273
12. Análise do Impacto Regulatório.....	277
13. Estrutura de capital e Custo do capital	278
14. Modelo de Precificação de Ativos de Capital: Capital Asset Pricing Model - CAPM	281
15. Custo médio ponderado de capital: Weighted Average Cost of Capital – WACC.....	285

Matemática Financeira

1. Juros simples; Juros compostos; Sistema price; Sistema SAC; Sistemas de amortização de empréstimos e financiamentos	293
2. Precificação e operações com títulos públicos federais; Títulos com cupom e sem cupom.....	307
3. Modelos clássicos de análise de investimentos; Valor presente líquido; Taxa interna de retorno	310
4. Taxa de mínima atratividade	312
5. Eficiência de mercado	314
6. Custo de capital; Custo médio ponderado do capital	317
7. Modelos CAPM	321
8. Valor em risco	323
9. Métodos de avaliação de fluxos de caixa: Valor Presente e Taxa Interna de Retorno	324

Noções de Estatística

1. Estatística descritiva e análise exploratória de dados: gráficos, diagramas, tabelas, medidas descritivas (posição, dispersão, assimetria e curtose)	331
2. Probabilidade; Definições básicas e axiomas; Probabilidade condicional e independência.....	343
3. Técnicas de amostragem: amostragem aleatória simples, estratificada, sistemática e por conglomerados	354

Métodos Quantitativos

1. Modelos matemáticos aplicados a economia. Modelo oferta e demanda Equilíbrio de mercado. Propriedades do Equilíbrio. Modelos com mercadorias Operações com matrizes. Modelos insumo e produto	365
2. Estática comparativa e conceito de derivadas. Derivada e inclinação de curva. Elasticidades. Continuidade e diferenciabilidade de uma função. Diferenciação de funções com uma, duas ou mais variáveis. Diferenciação parcial em modelos econômicos. Problema do consumidor. Problema do produtor	369
3. Otimização com restrição. Maximização de utilidade. Maximização de produção. Minimização de custos. Função Cobb-Douglas. Função CES.....	376
4. Funções exponenciais e logarítmicas.....	379

Contabilidade Geral

1. Estrutura Conceitual Básica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis: objetivos dos relatórios contábeis; características da informação contábil; estrutura conceitual; funções da contabilidade.....	383
2. Aspectos contábeis definidos na Lei nº 6.404/1976 e alterações posteriores (principalmente as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/2007, Lei nº 11.941/2009, Resolução 1.710/2023 e Deliberação CVM nº 677/2011.....	387
3. Balanço Patrimonial (BP): conceitos de Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido; identificação, mensuração e evidenciação dos elementos do Ativo, do Passivo e do Patrimônio Líquido; classificação e estrutura de apresentação; critérios de avaliação de ativos e passivos; redução ao valor recuperável de Ativos (Impairment); ajuste a valor presente; avaliação ao valor justo	441
4. Elementos do Ativo: caixa e equivalentes de caixa; Estoques; Contas a Receber de Clientes; Despesas antecipadas; Instrumentos Financeiros; Investimentos; Imobilizado; Intangíveis	447
5. Elementos do Passivo: Fornecedores; Empréstimos e Financiamentos; Obrigações Fiscais; Contas a pagar, Provisões e contingências	448
6. Elementos do Patrimônio Líquido: Capital Social; Reservas de Capital; Reservas de Lucros; Ajustes de Avaliação Patrimonial.....	449
7. Demonstração do Resultado do Exercício (DRE): conceitos de receitas e despesas; classificação e estrutura de apresentação; critérios de avaliação das receitas e despesas; Ajustes a Valor Presente; momento do reconhecimento das receitas e despesas; apuração da Receita Líquida, do Resultado Bruto, do Resultado antes de Impostos e Participações e do Resultado Líquido	453
8. Demonstração do Resultado Abrangente (DRA): conceitos de resultado abrangente; classificação e estrutura de apresentação	455
9. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL): conceitos de reservas de capital, reservas de lucros e ajustes de avaliação patrimonial; critérios de cálculo de acordo com a Lei Nº 6.404/1976 e alterações posteriores; classificação e estrutura de apresentação	456
10. Demonstração do Valor Adicionado (DVA): conceito de Valor Adicionado; classificação e estrutura de apresentação.....	462
11. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC): Classificação dos componentes em Atividades Operacionais, Atividades de Investimento e Atividades de Financiamento; estrutura e formas de apresentação.....	469
12. Escrituração de operações: conceitos e lançamentos contábeis	479
13. Balancete de Verificação	484
14. Análise das demonstrações contábeis: Análise horizontal, vertical e por quociente; índices de liquidez, endividamento, prazos médios, de rentabilidade e de Lucratividade.....	486

Administração

1. Principais funções da administração: planejamento, organização, direção e controle; Descentralização; Delegação	495
2. Análise de processos de trabalho	502
3. Administração de empregos públicos e salários	503
4. Planejamento Organizacional: planejamento estratégico, tático e operacional	504
5. Visão sistêmica	506
6. Departamentalização	508
7. Organização, sistemas e métodos	508
8. Organização do Estado e da Administração Pública	514
9. Modelos teóricos de Administração Pública: patrimonialista, burocrático e gerencial	529
10. Convergências e diferenças entre a gestão pública e a gestão privada	533
11. Princípios da Administração Pública	535

Material Digital

Administração Pública (Noções de Direito Constitucional e Direito Administrativo)

1. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Direitos e Garantias Fundamentais	3
2. Organização do Estado; Formas de Estado e formas e sistemas de governo.....	13
3. Constituição do Estado:Artigo 111.....	29
4. Lei estadual nº 10.294/1999, atualizada pela Lei nº 1.149/2024, proteção e defesa do usuário do serviço público do Estado de São Paulo.....	29
5. Administração Pública Direta e Indireta: conceito; Autarquia: conceito; Autarquia Especial: conceito	33
6. Poder de Polícia: conceito e elementos	37
7. Serviços Públicos: conceito, classificação, regulamentação e controle; forma, meios e requisitos; delegação: concessão, permissão, autorização	39
8. Funções típicas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário	51
9. Lei federal nº 12.527/ 2011, e Decreto nº 68.155/2023 (regulamentação); Acesso à Informação	79
10. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018), Disposições Preliminares.....	95
11. Tribunal de Contas do Estado: Lei Complementar nº 709/1993, retificada em 22/02/1993, Competência e atribuições ..	112
12. Controladoria Geral do Estado: Lei Complementar 1.419/2024 e Decreto 69.183/2024, Atribuições e organização.....	122
13. Decreto nº 69.328/2025, Ética na Administração do Estado	128
14. Código de Ética e Conduta da ARTESP	130
15. Lei federal nº 8.429/1992, atualizada pela Lei nº 14.230/2021, sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, de que trata o § 4º do art. 37 da Constituição Federal.....	130
16. Lei Federal nº 13.869/2019, Abuso de Autoridade.....	139
17. Lei estadual nº 10.177/1998, Processo Administrativo e Procedimento Sancionatório.....	143

Atenção

- Para estudar o Material Digital acesse sua “Área do Aluno” em nosso site ou faça o resgate do material seguindo os passos da página 2.

<https://www.editorasolucao.com.br/customer/account/login/>

LÍNGUA PORTUGUESA

LEITURA E INTERPRETAÇÃO DE DIVERSOS TIPOS DE TEXTOS (LITERÁRIOS E NÃO LITERÁRIOS)

DIFERENÇA ENTRE COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO

A compreensão e a interpretação de textos são habilidades interligadas, mas que apresentam diferenças claras e que devem ser reconhecidas para uma leitura eficaz, principalmente em contextos de provas e concursos públicos.

Compreensão refere-se à habilidade de entender o que o texto comunica de forma explícita. É a identificação do conteúdo que o autor apresenta de maneira direta, sem exigir do leitor um esforço de interpretação mais aprofundado. Ao compreender um texto, o leitor se concentra no significado das palavras, frases e parágrafos, buscando captar o sentido literal e objetivo daquilo que está sendo dito. Ou seja, a compreensão é o processo de absorver as informações que estão na superfície do texto, sem precisar buscar significados ocultos ou inferências.

► Exemplo de compreensão:

Se o texto afirma: “Jorge era infeliz quando fumava”, a compreensão dessa frase nos leva a concluir apenas o que está claramente dito: Jorge, em determinado período de sua vida em que fumava, era uma pessoa infeliz.

Por outro lado, a **interpretação** envolve a leitura das entrelinhas, a busca por sentidos implícitos e o esforço para compreender o que não está diretamente expresso no texto. Essa habilidade requer do leitor uma análise mais profunda, considerando fatores como contexto, intenções do autor, experiências pessoais e conhecimentos prévios. A interpretação é a construção de significados que vão além das palavras literais, e isso pode envolver deduzir informações não explícitas, perceber ironias, analogias ou entender o subtexto de uma mensagem.

► Exemplo de interpretação:

Voltando à frase “Jorge era infeliz quando fumava”, a interpretação permite deduzir que Jorge provavelmente parou de fumar e, com isso, encontrou a felicidade. Essa conclusão não está diretamente expressa, mas é sugerida pelo contexto e pelas implicações da frase.

Em resumo, a compreensão é o entendimento do que está no texto, enquanto a interpretação é a habilidade de extrair do texto o que ele não diz diretamente, mas sugere. Enquanto a compreensão requer uma leitura atenta e literal, a interpretação exige uma leitura crítica e analítica, na qual o leitor deve conectar ideias, fazer inferências e até questionar as intenções do autor.

Ter consciência dessas diferenças é fundamental para o sucesso em provas que avaliam a capacidade de lidar com textos, pois, muitas vezes, as questões irão exigir que o candidato saiba

identificar informações explícitas e, em outras ocasiões, que ele demonstre a capacidade de interpretar significados mais profundos e complexos.

TIPOS DE LINGUAGEM

Para uma interpretação de textos eficaz, é fundamental entender os diferentes tipos de linguagem que podem ser empregados em um texto. Conhecer essas formas de expressão ajuda a identificar nuances e significados, o que torna a leitura e a interpretação mais precisas. Há três principais tipos de linguagem que costumam ser abordados nos estudos de Língua Portuguesa: a linguagem verbal, a linguagem não-verbal e a linguagem mista (ou híbrida).

► Linguagem Verbal

A linguagem verbal é aquela que utiliza as palavras como principal meio de comunicação. Pode ser apresentada de forma escrita ou oral, e é a mais comum nas interações humanas. É por meio da linguagem verbal que expressamos ideias, emoções, pensamentos e informações.

Exemplos:

- Um texto de livro, um artigo de jornal ou uma conversa entre duas pessoas são exemplos de linguagem verbal.
- Quando um autor escreve um poema, um romance ou uma carta, ele está utilizando a linguagem verbal para transmitir sua mensagem.

Na interpretação de textos, a linguagem verbal é a que oferece o conteúdo explícito para compreensão e análise. Portanto, ao se deparar com um texto em uma prova, é a partir da linguagem verbal que se começa o processo de interpretação, analisando as palavras, as estruturas frasais e a coesão do discurso.

► Linguagem Não-Verbal

A linguagem não-verbal é aquela que se comunica sem o uso de palavras. Ela faz uso de elementos visuais, como imagens, cores, símbolos, gestos, expressões faciais e sinais, para transmitir mensagens e informações. Esse tipo de linguagem é extremamente importante em nosso cotidiano, já que muitas vezes as imagens ou os gestos conseguem expressar significados que palavras não conseguem capturar com a mesma eficiência.

Exemplos:

- Uma placa de trânsito que indica “pare” por meio de uma cor vermelha e um formato específico.
- As expressões faciais e gestos durante uma conversa ou em um filme.

- Uma pintura, um logotipo ou uma fotografia que transmitam sentimentos, ideias ou informações sem o uso de palavras.

No contexto de interpretação, a linguagem não-verbal exige do leitor uma capacidade de decodificar mensagens que não estão escritas. Por exemplo, em uma prova que apresenta uma charge ou uma propaganda, será necessário interpretar os elementos visuais para compreender a mensagem que o autor deseja transmitir.

► Linguagem Mista (ou Híbrida)

A linguagem mista é a combinação da linguagem verbal e da linguagem não-verbal, ou seja, utiliza tanto palavras quanto imagens para se comunicar. Esse tipo de linguagem é amplamente utilizado em nosso dia a dia, pois permite a transmissão de mensagens de forma mais completa, já que se vale das características de ambas as linguagens.

Exemplos:

- Histórias em quadrinhos, que utilizam desenhos (linguagem não-verbal) e balões de fala (linguagem verbal) para narrar a história.
- Cartazes publicitários que unem imagens e slogans para atrair a atenção e transmitir uma mensagem ao público.
- As apresentações de slides que combinam texto e imagens para tornar a explicação mais clara e interessante.

A linguagem mista exige do leitor uma capacidade de integrar informações provenientes de diferentes fontes para construir o sentido global da mensagem. Em uma prova, por exemplo, é comum encontrar questões que apresentam textos e imagens juntos, exigindo que o candidato compreenda a interação entre a linguagem verbal e não-verbal para interpretar corretamente o conteúdo.

► Importância da Compreensão dos Tipos de Linguagem

Entender os tipos de linguagem é crucial para uma interpretação de textos eficaz, pois permite que o leitor reconheça como as mensagens são construídas e transmitidas. Em textos que utilizam apenas a linguagem verbal, a atenção deve estar voltada para o que está sendo dito e como as ideias são organizadas. Já em textos que empregam a linguagem não-verbal ou mista, o leitor deve ser capaz de identificar e interpretar símbolos, imagens e outros elementos visuais, integrando-os ao conteúdo verbal para chegar a uma interpretação completa.

Desenvolver a habilidade de identificar e interpretar os diferentes tipos de linguagem contribui para uma leitura mais crítica e aprofundada, algo essencial em provas que avaliam a competência em Língua Portuguesa. Essa habilidade é um diferencial importante para a compreensão do que está explicitamente escrito e para a interpretação das nuances que a linguagem não-verbal ou mista pode adicionar ao texto.

INTERTEXTUALIDADE

A intertextualidade é um conceito fundamental para quem deseja compreender e interpretar textos de maneira aprofundada, especialmente em contextos de provas de concursos

públicos. Trata-se do diálogo que um texto estabelece com outros textos, ou seja, a intertextualidade ocorre quando um texto faz referência, de maneira explícita ou implícita, a outro texto já existente. Esse fenômeno é comum na literatura, na publicidade, no jornalismo e em diversos outros tipos de comunicação.

► Definição de Intertextualidade

Intertextualidade é o processo pelo qual um texto se relaciona com outro, estabelecendo uma rede de significados que enriquece a interpretação. Ao fazer referência a outro texto, o autor cria um elo que pode servir para reforçar ideias, criticar, ironizar ou até prestar uma homenagem. Essa relação entre textos pode ocorrer de várias formas e em diferentes graus de intensidade, dependendo de como o autor escolhe incorporar ou dialogar com o texto de origem.

O conceito de intertextualidade sugere que nenhum texto é completamente original, pois todos se alimentam de outros textos e discursos que já existem, criando um jogo de influências, inspirações e referências. Portanto, a compreensão de um texto muitas vezes se amplia quando reconhecemos as conexões intertextuais que ele estabelece.

► Tipos de Intertextualidade

A intertextualidade pode ocorrer de diferentes formas. Aqui estão os principais tipos que você deve conhecer:

- **Citação:** É a forma mais explícita de intertextualidade. Ocorre quando um autor incorpora, de forma literal, uma passagem de outro texto em sua obra, geralmente colocando a citação entre aspas ou destacando-a de alguma maneira.

- **Exemplo:** Em um artigo científico, ao citar um trecho de uma obra de um pesquisador renomado, o autor está utilizando a intertextualidade por meio da citação.

- **Paráfrase:** Trata-se da reescritura de um texto ou trecho de forma diferente, utilizando outras palavras, mas mantendo o mesmo conteúdo ou ideia central do original. A paráfrase respeita o sentido do texto base, mas o reinterpreta de forma nova.

- **Exemplo:** Um estudante que lê um poema de Carlos Drummond de Andrade e reescreve os versos com suas próprias palavras está fazendo uma paráfrase do texto original.

- **Paródia:** Nesse tipo de intertextualidade, o autor faz uso de um texto conhecido para criar um novo texto, mas com o objetivo de provocar humor, crítica ou ironia. A paródia modifica o texto original, subvertendo seu sentido ou adaptando-o a uma nova realidade.

- **Exemplo:** Uma música popular que é reescrita com uma nova letra para criticar um evento político recente é um caso de paródia.

- **Alusão:** A alusão é uma referência indireta a outro texto ou obra. Não é citada diretamente, mas há indícios claros que levam o leitor a perceber a relação com o texto original.

- **Exemplo:** Ao dizer que “este é o doce momento da maçã”, um texto faz alusão à narrativa bíblica de Adão e Eva, sem mencionar explicitamente a história.

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

CONJUNTOS NUMÉRICOS: NATURAIS, INTEIROS, RACIONAIS E REAIS; POTÊNCIAS E RAÍZES

O agrupamento de termos ou elementos que associam características semelhantes é denominado conjunto. Quando aplicamos essa ideia à matemática, se os elementos com características semelhantes são números, referimo-nos a esses agrupamentos como conjuntos numéricos.

Em geral, os conjuntos numéricos podem ser representados graficamente ou de maneira extensiva, sendo esta última a forma mais comum ao lidar com operações matemáticas. Na representação extensiva, os números são listados entre chaves {}. Caso o conjunto seja infinito, ou seja, contenha uma quantidade incontável de números, utilizamos reticências após listar alguns exemplos.

Exemplo: $\mathbb{N} = \{0, 1, 2, 3, 4, \dots\}$.

Existem cinco conjuntos considerados essenciais, pois são os mais utilizados em problemas e questões durante o estudo da Matemática. Esses conjuntos são os Naturais, Inteiros, Racionais, Irracionais e Reais.

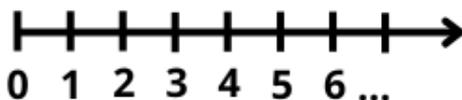
CONJUNTO DOS NÚMEROS NATURAIS (\mathbb{N})

O conjunto dos números naturais é simbolizado pela letra \mathbb{N} e compreende os números utilizados para contar e ordenar. Esse conjunto inclui o zero e todos os números positivos, formando uma sequência infinita.

Em termos matemáticos, os números naturais podem ser definidos como $\mathbb{N} = \{0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, \dots\}$

O conjunto dos números naturais pode ser dividido em subconjuntos:

- $\mathbb{N}^* = \{1, 2, 3, 4, \dots\}$ ou $\mathbb{N}^* = \mathbb{N} - \{0\}$: conjunto dos números naturais não nulos, ou sem o zero.
- $\mathbb{N}_p = \{0, 2, 4, 6, \dots\}$, em que $n \in \mathbb{N}$: conjunto dos números naturais pares.
- $\mathbb{N}_i = \{1, 3, 5, 7, \dots\}$, em que $n \in \mathbb{N}$: conjunto dos números naturais ímpares.
- $\mathbb{P} = \{2, 3, 5, 7, \dots\}$: conjunto dos números naturais primos.



► Operações com Números Naturais

Praticamente, toda a Matemática é edificada sobre essas duas operações fundamentais: adição e multiplicação.

Adição

A primeira operação essencial da Aritmética tem como objetivo reunir em um único número todas as unidades de dois ou mais números.

Exemplo: $6 + 4 = 10$, onde 6 e 4 são as parcelas e 10 é a soma ou o total.

Subtração

É utilizada quando precisamos retirar uma quantidade de outra; é a operação inversa da adição. A subtração é válida apenas nos números naturais quando subtraímos o maior número do menor, ou seja, quando $a - b$ tal que $a \geq b$.

Exemplo: $200 - 193 = 7$, onde 200 é o Minuendo, o 193 Subtraendo e 7 a diferença.

Obs.: o minuendo também é conhecido como aditivo e o subtraendo como subtrativo.

Multiplicação

É a operação que visa adicionar o primeiro número, denominado multiplicando ou parcela, tantas vezes quantas são as unidades do segundo número, chamado multiplicador.

Exemplo: $3 \times 5 = 15$, onde 3 e 5 são os fatores e o 15 produto.

3 vezes 5 é somar o número 3 cinco vezes:

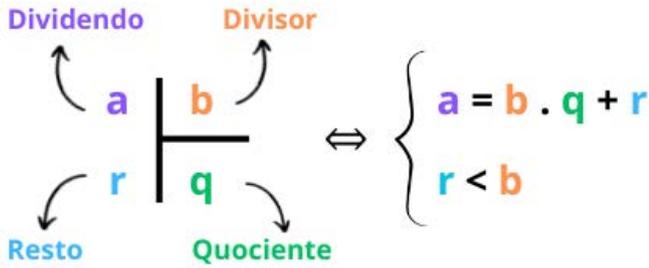
$$3 \times 5 = 3 + 3 + 3 + 3 + 3 = 15.$$

Podemos no lugar do "x" (vezes) utilizar o ponto "." para indicar a multiplicação.

Divisão

Dados dois números naturais, às vezes precisamos saber quantas vezes o segundo está contido no primeiro. O primeiro número, que é o maior, é chamado de dividendo, e o outro número, que é menor, é o divisor. O resultado da divisão é chamado de quociente. Se multiplicarmos o divisor pelo quociente e somarmos o resto, obtemos o dividendo.

No conjunto dos números naturais, a divisão não é fechada, pois nem sempre é possível dividir um número natural por outro número natural de forma exata. Quando a divisão não é exata, temos um resto diferente de zero.



Princípios fundamentais da divisão de números naturais:

- Em uma divisão exata de números naturais, o divisor deve ser menor do que o dividendo. Exemplo: $45 : 9 = 5$
- Em uma divisão exata de números naturais, o dividendo é o produto do divisor pelo quociente. Exemplo: $45 = 5 \times 9$
- A divisão de um número natural n por zero não é possível, pois, se admitíssemos que o quociente fosse q , então poderíamos escrever: $n \div 0 = q$ e isto significaria que: $n = 0 \times q = 0$ o que não é correto! Assim, a divisão de n por 0 não tem sentido ou ainda é dita impossível.

Propriedades da Adição e da Multiplicação de Naturais

Para todo a, b e c em \mathbb{N}

- **Associativa da adição:** $(a + b) + c = a + (b + c)$
- **Comutativa da adição:** $a + b = b + a$
- **Elemento neutro da adição:** $a + 0 = a$
- **Associativa da multiplicação:** $(a \cdot b) \cdot c = a \cdot (b \cdot c)$
- **Comutativa da multiplicação:** $a \cdot b = b \cdot a$
- **Elemento neutro da multiplicação:** $a \cdot 1 = a$
- **Distributiva da multiplicação relativamente à adição:** $a \cdot (b + c) = ab + ac$
- **Distributiva da multiplicação relativamente à subtração:** $a \cdot (b - c) = ab - ac$
- **Fechamento:** tanto a adição como a multiplicação de um número natural por outro número natural, continua como resultado um número natural.

Exemplo 1: Em uma gráfica, a máquina utilizada para imprimir certo tipo de calendário está com defeito, e, após imprimir 5 calendários perfeitos (P), o próximo sai com defeito (D), conforme mostra o esquema. Considerando que, ao se imprimir um lote com 5 000 calendários, os cinco primeiros saíram perfeitos e o sexto saiu com defeito e que essa mesma sequência se manteve durante toda a impressão do lote, é correto dizer que o número de calendários perfeitos desse lote foi

- (A) 3 642.
- (B) 3 828.
- (C) 4 093.
- (D) 4 167.
- (E) 4 256.

Resolução:
 Vamos dividir 5000 pela sequência repetida (6):
 $5000 / 6 = 833 + \text{resto } 2$.
 Isto significa que saíram 833. $5 = 4165$ calendários perfeitos, mais 2 calendários perfeitos que restaram na conta de divisão. Assim, são 4167 calendários perfeitos.
 Resposta: D.

Exemplo 2: João e Maria disputaram a prefeitura de uma determinada cidade que possui apenas duas zonas eleitorais. Ao final da sua apuração o Tribunal Regional Eleitoral divulgou a seguinte tabela com os resultados da eleição. A quantidade de eleitores desta cidade é:

	1ª Zona Eleitoral	2ª Zona Eleitoral
João	1750	2245
Maria	850	2320
Nulos	150	217
Branços	18	25
Abstenções	183	175

- (A) 3995
- (B) 7165
- (C) 7532
- (D) 7575
- (E) 7933

Resolução:
 Vamos somar a 1ª Zona: $1750 + 850 + 150 + 18 + 183 = 2951$
 2ª Zona: $2245 + 2320 + 217 + 25 + 175 = 4982$
 Somando os dois: $2951 + 4982 = 7933$
 Resposta: E.

Exemplo 3: Uma escola organizou um concurso de redação com a participação de 450 alunos. Cada aluno que participou recebeu um lápis e uma caneta. Sabendo que cada caixa de lápis contém 30 unidades e cada caixa de canetas contém 25 unidades, quantas caixas de lápis e de canetas foram necessárias para atender todos os alunos?

- (A) 15 caixas de lápis e 18 caixas de canetas.
- (B) 16 caixas de lápis e 18 caixas de canetas.
- (C) 15 caixas de lápis e 19 caixas de canetas.
- (D) 16 caixas de lápis e 19 caixas de canetas.
- (E) 17 caixas de lápis e 19 caixas de canetas.

Resolução:
 Número de lápis: 450. Dividindo pelo número de lápis por caixa: $450 \div 30 = 15$
 Número de canetas: 450. Dividindo pelo número de canetas por caixa: $450 \div 25 = 18$.
 Resposta: A.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL E DIREITO ADMINISTRATIVO)

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988, DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

Os direitos individuais estão elencados no caput do Artigo 5º da CF. São eles:

► Direito à Vida

O direito à vida deve ser observado por dois prismas: o direito de permanecer vivo e o direito de uma vida digna.

O direito de permanecer vivo pode ser observado, por exemplo, na vedação à pena de morte (salvo em caso de guerra declarada).

Já o direito à uma vida digna, garante as necessidades vitais básicas, proibindo qualquer tratamento desumano como a tortura, penas de caráter perpétuo, trabalhos forçados, cruéis, etc.

► Direito à Liberdade

O direito à liberdade consiste na afirmação de que ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa, senão em virtude de lei. Tal dispositivo representa a consagração da autonomia privada.

Trata-se a liberdade, de direito amplo, já que compreende, dentre outros, as liberdades: de opinião, de pensamento, de locomoção, de consciência, de crença, de reunião, de associação e de expressão.

► Direito à Igualdade

A igualdade, princípio fundamental proclamado pela Constituição Federal e base do princípio republicano e da democracia, deve ser encarada sob duas óticas, a igualdade material e a igualdade formal.

A igualdade formal é a identidade de direitos e deveres concedidos aos membros da coletividade por meio da norma.

Por sua vez, a igualdade material tem por finalidade a busca da equiparação dos cidadãos sob todos os aspectos, inclusive o jurídico. É a consagração da máxima de Aristóteles, para quem o princípio da igualdade consistia em tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais na medida em que eles se desigualem.

Sob o pálio da igualdade material, caberia ao Estado promover a igualdade de oportunidades por meio de políticas públicas e leis que, atentos às características dos grupos menos favorecidos, compensassem as desigualdades decorrentes do processo histórico da formação social.

► Direito à Privacidade

Para o estudo do Direito Constitucional, a privacidade é gênero, do qual são espécies a intimidade, a honra, a vida privada e a imagem. De maneira que, os mesmos são invioláveis e a eles assegura-se o direito à indenização pelo dano moral ou material decorrente de sua violação.

► Direito à Honra

O direito à honra almeja tutelar o conjunto de atributos pertinentes à reputação do cidadão sujeito de direitos, exatamente por tal motivo, são previstos no Código Penal.

► Direito de Propriedade

É assegurado o direito de propriedade, contudo, com restrições, como por exemplo, de que se atenda à função social da propriedade. Também se enquadram como espécies de restrição do direito de propriedade, a requisição, a desapropriação, o confisco e o usucapião.

Do mesmo modo, é no direito de propriedade que se asseguram a inviolabilidade do domicílio, os direitos autorais (propriedade intelectual) e os direitos reativos à herança.

Destes direitos, emanam todos os incisos do Art. 5º, da CF/88, conforme veremos abaixo:

TÍTULO II DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

CAPÍTULO I DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo - se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;

II - ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;

III - ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante;

IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;

V - é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;

VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;

VII - é assegurada, nos termos da lei, a prestação de

AMOSTRA

VIII - ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir - se de obrigação legal a todos imposta e recusar - se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei;

IX - é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença;

X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

XI - a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial;(Vide Lei nº 13.105, de 2015)(Vigência)

XII - é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal;(Vide Lei nº 9.296, de 1996)

XIII - é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer;

XIV - é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional;

XV - é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens;

XVI - todos podem reunir - se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente;

XVII - é plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar;

XVIII - a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento;

XIX - as associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo - se, no primeiro caso, o trânsito em julgado;

XX - ninguém poderá ser compelido a associar - se ou a permanecer associado;

XXI - as entidades associativas, quando expressamente autorizadas, têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente;

XXII - é garantido o direito de propriedade;

XXIII - a propriedade atenderá a sua função social;

XXIV - a lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos nesta Constituição;

XXV - no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano;

XXVI - a pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, dispondo a lei sobre os meios de financiar o seu

XXVII - aos autores pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, transmissível aos herdeiros pelo tempo que a lei fixar;

XXVIII - são assegurados, nos termos da lei:

a) a proteção às participações individuais em obras coletivas e à reprodução da imagem e voz humanas, inclusive nas atividades desportivas;

b) o direito de fiscalização do aproveitamento econômico das obras que criarem ou de que participarem aos criadores, aos intérpretes e às respectivas representações sindicais e associativas;

XXIX - a lei assegurará aos autores de inventos industriais privilégio temporário para sua utilização, bem como proteção às criações industriais, à propriedade das marcas, aos nomes de empresas e a outros signos distintivos, tendo em vista o interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do País;

XXX - é garantido o direito de herança;

XXXI - a sucessão de bens de estrangeiros situados no País será regulada pela lei brasileira em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, sempre que não lhes seja mais favorável a lei pessoal do «de cujus»;

XXXII - o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor;

XXXIII - todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado; (Regulamento) (Vide Lei nº 12.527, de 2011)

XXXIV - são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas:

a) o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder;

b) a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal;

XXXV - a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito;

XXXVI - a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada;

XXXVII - não haverá júízo ou tribunal de exceção;

XXXVIII - é reconhecida a instituição do júri, com a organização que lhe der a lei, assegurados:

a) a plenitude de defesa;

b) o sigilo das votações;

c) a soberania dos veredictos;

d) a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida;

XXXIX - não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal;

XL - a lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu;

XLI - a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais;

XLII - a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei;

REGULAÇÃO E AGÊNCIAS REGULADORAS

O PAPEL REGULADOR DO ESTADO. PRESSUPOSTOS, OBJETIVOS E INSTRUMENTOS. CONCEITOS BÁSICOS: REGULAÇÃO ECONÔMICA E SOCIAL. EXTERNALIDADES, BENS PÚBLICOS E BENS COMUNS. ASSIMETRIA DE INFORMAÇÃO (SELEÇÃO ADVERSA E PERIGO MORAL); FALHAS DE MERCADO (BARREIRAS DE ENTRADA). ESTADO E REGULAÇÃO. FALHAS DE GOVERNO. CONCEITOS DE REGULAÇÃO, DESREGULAÇÃO E RE-REGULAÇÃO

► Pressupostos

As transformações ocorridas nos últimos anos (de forma acentuada no Brasil, mas igualmente em vários países do continente europeu que guardam muita semelhança com nossa tradição de intervenção estatal e de estrutura jurídica) apontam para uma redução da intervenção direta e do incremento de uma nova forma de intervenção, substancialmente distinta daquela acima divisada. Tem lugar entre nós o fortalecimento do papel regulador do Estados em detrimento do papel do Estado produtor de bens e serviços¹.

Os pressupostos da regulação protegem os direitos fundamentais, com a administração interventora do estado, preocupado com a figura do administrador, em gerenciá-lo. Como pressuposto do estado regulador temos a existência de um mercado de direito, que assegure a competição existente, facilitando a competição, garantido a melhor forma de se promover uma igualdade entre as entidades envolvidas, fazendo assim que o monopólio perca seu espaço.

O princípio da igualdade tem seus problemas com o Direito Regulatório, já que a existência de pessoas jurídicas causa a desigualdade nas relações econômicas, pois pense da seguinte forma; a pessoa jurídica causa desigualdade nas relações econômicas, por ser detentora de vantagens em face das pessoas físicas. Mais um pressuposto aponta que através da intervenção do Estado, garante-se a preservação de prestações materiais, incluindo os serviços públicos ou os privados que são fundamentais para que a sociedade exerça seus direitos fundamentais.

Com a influência da doutrina administrativa francesa nasce o Estado regulador que gerencia o normativo da administração que é regulada por leis.

► Objetivos e instrumentos

Em geral, a ação regulatória é movida por três grandes objetivos, nem sempre coincidentes. Isso implica que parte da prática regulatória é encontrar, por meio das suas ações, um equilíbrio entre eles que seja adequado às características da sociedade.

O primeiro dos grandes objetivos da regulação envolve os chamados objetivos financeiros. De uma forma geral, tais objetivos estão relacionados com a capacidade dos entes regulados em auferir receitas para assegurar a operação continuada do empreendimento. Ou seja, o atendimento desse objetivo implica a geração de receita por parte das empresas, tais que sejam suficientes para cobrir os custos operacionais, bem como os investimentos presentes e futuros considerados como necessários.

Para a operacionalização desses objetivos, usualmente o processo regulatório estabelece um valor mínimo de receitas a ser alcançado com a evolução dos preços regulados, a chamada "exigência de receita". Idealmente, a regulação de preços também não deve permitir que a entidade regulada aufera receitas além deste nível.

Em paralelo a isso, há outro conjunto de objetivos, os chamados objetivos de eficiência econômica. O princípio norteador deste grupo é o oferecimento eficiente dos serviços aos usuários, sendo que eficiência deve ser entendida no sentido econômico do termo.

Dentro dessa definição de eficiência, pode-se utilizar de três direções possíveis de análise. A primeira delas, a eficiência alocativa, implica que a regulação de preços deve ser estruturada de tal sorte que os produtos ou serviços regulados sejam oferecidos à sociedade pelos produtores de menor custo e que, além disso, eles devem ser adquiridos pelos consumidores que mais os valorizem. O paradigma usual de comparação neste caso são os preços que prevaleceriam em um contexto de competição perfeita encontrado em livros-texto de economia.

A segunda dimensão segundo a qual a eficiência econômica pode ser entendida é a chamada eficiência produtiva. Nesse sentido, pode-se dizer que a regulação econômica atende a este objetivo se a entidade regulada utiliza, para a produção de uma quantidade de bens e serviços, a composição mais eficiente, em geral, a de menor custo, para a sua produção.

Alternativamente, a regulação econômica promoveria a eficiência econômica se induzisse a produção da maior quantidade de produtos e serviços que fosse tecnicamente possível, dada a quantidade de fatores de produção e matérias-primas utilizadas pela empresa.

Relacionada com a segunda, mas ainda tendo relevância independente como um objetivo de eficiência econômica, tem-se a eficiência dinâmica. Em especial, significa dizer que se deve garantir que o ente regulado não apenas consiga produzir os seus

¹ <https://anacpmm1994.jusbrasil.com.br/artigos/717730797/os-pressupostos-teoricos-do-estado-regulador/amp>

serviços da forma mais eficiente no momento corrente, mas também que essa eficiência consiga se manter na medida em que temos mudanças nas condições tecnológicas do setor.

Em especial, o que quer se dizer aqui é que a regulação de preços deveria ser estruturada também de tal sorte a permitir que a empresa consiga absorver as inovações tecnológicas do setor, permitindo a realização de investimentos em pesquisa e desenvolvimento e melhoras na produtividade.

O terceiro dos grandes tipos de objetivos que precisam ser equilibrados no desenho da regulação de preços diz respeito aos objetivos de equidade. Em especial, tais objetivos dizem respeito a uma distribuição justa dos benefícios do produto ou serviço oferecido pelo ente regulado.

Essa equidade pode ser atingida de duas formas: a primeira delas está relacionada à distribuição dos ganhos auferidos pela operadora com o consumidor. Tal redistribuição pode se dar tanto pelas garantias de expansão do serviço às comunidades que correntemente não desfrutam dos mesmos quanto pela redistribuição dos ganhos de produtividade da operadora na forma de preços mais baixos. Tal equidade é conhecida como equidade operadora-consumidor.

O segundo tipo de equidade, denominado equidade consumidor-consumidor, trata do atendimento de forma similar aos diferentes grupos de consumidores, garantindo a eles acesso aos diferentes serviços de forma similar.

Assim sendo, parte da arte do desenho da regulação, mais uma vez, é conseguir fazer um desenho regulatório no qual estes objetivos sejam coordenados. Para que isso ocorra, em muitos casos, é necessário o uso de mais de um mecanismo de regulação de preços ou é recomendada a preferência de um deles sobre os outros.

► **Conceitos básicos**

Regulação

A partir da teoria econômica neoclássica que a questão da regulação econômica relaciona-se com a existência de falhas de mercado. Para Posner (1974) a regulação consiste na imposição de regras e controles pelo Estado, suportadas por meio de sanções e com a finalidade de dirigir, restringir ou altear o comportamento econômico de indivíduos ou empresas. O autor ainda destaca que a regulação também é a intervenção estatal, por meio de taxações, subsídios e controles legislativos e administrativos sobre as atividades econômicas¹.

Silva (2002/2003) destaca que as falhas de mercado constituem justificativas suficientes para a formulação de políticas regulatórias. Essas falhas estão relacionadas com quatro fatores:

- I) diferentes estruturas de mercado (concorrência perfeita, concorrência monopolista, oligopólio e monopólio);
- II) existência de externalidades e a ausência de informações completas (informação assimétrica);
- III) existência de bens públicos (devido às características de não rivalidade e não exclusividade);
- IV) monopólios naturais.

Nesse mesmo sentido, Baldwin e Cave (1999) defendem que a regulação econômica é justificada pelo fato de que o mercado

resultados correspondentes com o interesse público. Assim, a regulação é entendida como uma restrição exercida pelo Estado sobre a atividade de mercado.

Esses autores descrevem quatro modelos de ação da regulação, considerando a intervenção direta do Estado:

I) modelo eletivo – trata-se do modo menos intervencionista, em que o Estado impõe regulação somente para corrigir as falhas de mercado;

II) modelo diretivo – o Estado usa sua influência como comprador ou regulador para estimular certos tipos ou padrões de serviço;

III) modelo restritivo – o Estado limita o que é disponibilizado no mercado; e

IV) modelo prescritivo – o Estado define o critério de oferta de serviços no mercado.

Possas e colaboradores (1997) postulam que o objetivo central da regulação é o aumento do nível de eficiência econômica dos mercados nas suas três dimensões (produtiva, alocativa e distributiva). Logo, defendem que a regulação não diz respeito apenas ao estímulo da concorrência como um fim em si mesmo e ressaltam que existem dois padrões básicos de regulação: a regulação ativa, de caráter mais interventivo (regulação de serviços públicos e de infraestrutura, *utilities*) e a regulação reativa, destinada à prevenção e à repressão de condutas anticompetitivas (regulação de mercados em geral).

Mitnick (1989) define que “[...] *la regulación es la política administrativa pública de una actividad privada con respecto a una regla prescrita en el interés público*”, fundamentada partir de três elementos essenciais: *intencionalidade, restrição e eliminação*. Desse ponto de vista, a regulação econômica consiste numa interferência dirigida, guiada e controlada, ou seja, uma interferência deliberada, cujo efeito é intencional.

Na década de 1970 surge uma teoria para a regulação, a partir de trabalhos de economistas políticos franceses. Representa uma crítica da supervalorização dos comportamentos individuais maximizadores da abordagem econômica neoclássica da regulação.

A teoria da regulação apresenta-se como uma teoria que visa substituir aquela do equilíbrio econômico geral. Diante da nova macroeconomia clássica dos anos 1980, a aposta dessa corrente é historiar a própria teoria econômica, restaurando a união entre a esfera econômica e o campo de relações sociais.

Segundo Boyer e Saillard (2002), o conceito de regulação empregado nessa teoria é derivado, fundamentalmente, do conceito de regulação da biologia.

O modo de regulação descreve o conjunto de retroações positivas e negativas da regulação para a estabilidade de um complexo sistema de interações (sistemas sociais). Assim, a regulação aplicada na economia denota o processo dinâmico de adaptação da produção e da demanda social, resultante da conjugação de ajustamentos econômicos ligados a uma dada configuração de relações sociais.

Bruno (2005) aponta que a concepção de regulação na abordagem regulacionista francesa distingue-se da definição de regulação derivada das análises anglo-saxônicas, de conteúdo microeconômico, ao atribuir ao conceito de regulação um estatuto teórico macroeconômico, que é operado a partir de formas estruturais que ultrapassam a esfera do Estado.

¹ <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/pkTKqybVJWpgr6D4VfdwHt/?lang=pt>

LEGISLAÇÃO APLICADA À REGULAÇÃO EM TRANSPORTES

LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 1413, DE 23/09/2024

LEI COMPLEMENTAR Nº 1.413, DE 23 DE SETEMBRO DE 2024

(Última atualização: Retificação de 21/02/2025)

Dispõe sobre o regime jurídico das agências reguladoras estaduais, transforma o Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE em Agência de Águas do Estado de São Paulo - SP-ÁGUAS, e dá providências correlatas.

- Vide Decreto nº 69.339, de 04/02/2025.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO: Faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei complementar:

TÍTULO I DAS AGÊNCIAS REGULADORAS ESTADUAIS

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1º - Esta lei complementar dispõe sobre o regime jurídico das agências reguladoras estaduais, autarquias de regime especial, com personalidade jurídica de direito público, com sede e foro na cidade de São Paulo.

Artigo 2º - Para os fins desta lei complementar, consideram-se agências reguladoras:

I - a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP, criada pela Lei Complementar nº 914, de 14 de janeiro de 2002;

II - a Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo - ARSESP, criada pela Lei Complementar nº 1.025, de 7 de dezembro de 2007;

III - a Agência de Águas do Estado de São Paulo - SP-ÁGUAS, resultante da transformação de que trata o artigo 66 desta lei complementar.

§ 1º - Ressalvado o que dispuser a legislação específica, aplica-se esta lei complementar às autarquias de regime especial caracterizadas como agências reguladoras e criadas a partir da sua vigência.

§ 2º - Decreto definirá a Secretaria à qual cada agência reguladora estará vinculada.

Artigo 3º - Sem prejuízo das demais disposições desta lei complementar e do que dispuser a legislação específica, a natureza especial conferida às agências reguladoras é caracterizada pela:

- I - ausência de subordinação hierárquica;

- II - autonomia decisória, administrativa, orçamentária e financeira;

- III - investida a termo de seus dirigentes e estabilidade dos seus mandatos.

Artigo 4º - A ausência de subordinação hierárquica e a autonomia decisória das agências reguladoras são caracterizadas pela impossibilidade de revisão das decisões tomadas pelo seu Conselho Diretor no âmbito do Poder Executivo, observado o disposto no artigo 24 desta lei complementar.

Artigo 5º - A autonomia administrativa das agências reguladoras é caracterizada pelas seguintes competências:

- I - solicitar diretamente ao Governador do Estado as alterações no respectivo quadro de pessoal, fundamentadas em estudos de dimensionamento, bem como alterações nos planos de carreira e na remuneração de seus servidores;

- II - observada a disponibilidade orçamentária:

- a) realizar concursos públicos para preenchimento de seu quadro de empregos públicos permanentes, após autorização governamental, e provê-los até o limite do número de vagas estabelecido no edital;

- b) prover os cargos públicos em comissão de seu quadro de pessoal, independentemente de autorização governamental;

- III - conceder diárias e passagens em deslocamentos nacionais e internacionais e autorizar afastamentos do País aos seus servidores, de acordo com as condições e os requisitos estabelecidos em regimento interno, observadas a legislação trabalhista e as normas estaduais aplicáveis;

- IV - celebrar, alterar e prorrogar contratos, convênios e instrumentos congêneres pertinentes à execução das suas funções, inclusive com órgãos e entidades de outros entes federativos e de outros países, independentemente do valor, observada a legislação aplicável;

- V - disciplinar o regime de trabalho e a forma de prestação da jornada laboral de seus servidores, observadas as disposições da legislação trabalhista, bem como as normas estaduais aplicáveis.

Parágrafo único - O exercício das competências referidas nos incisos I e II deste artigo condiciona-se ao atendimento dos limites e regras fiscais e de pessoal estabelecidos na legislação, inclusive na Lei Complementar federal nº 101, de 4 de maio de 2000, atestados pelos órgãos competentes do Estado.

Artigo 6º - A autonomia orçamentária e financeira das agências reguladoras é caracterizada pela:

- I - titularidade de fontes de receitas próprias, vinculadas ao exercício das atividades de sua competência, dentre as quais:

- a) produto da arrecadação da taxa de fiscalização, controle e regulação, ou de outras verbas previstas em lei, regulamento ou contrato destinadas a remunerar tais atividades;

- b) rendas resultantes da aplicação de seus bens e valores patrimoniais;

- c) retribuição por serviços, avaliações e estudos realizados;

d) recursos provenientes de convênios, acordos ou contratos celebrados com entidades, públicas ou privadas, nacionais ou internacionais;

e) valores de multas aplicadas cuja titularidade seja atribuída à agência reguladora por lei, regulamento ou contrato;

II - competência para apresentar diretamente à Secretaria da Fazenda e Planejamento a sua proposta de orçamento, nos termos regulamentares aplicáveis às demais Unidades Orçamentárias, desde que acompanhada de quadro demonstrativo do planejamento e da execução plurianual de despesas e receitas, contendo, no mínimo:

a) demonstração da compatibilidade da proposta com o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias vigente;

b) justificativa para os valores previstos na sua proposta e respectiva metodologia de cálculo;

c) demonstrativo financeiro dos valores eventualmente incluídos na proposta orçamentária da agência reguladora para a neutralização de desequilíbrio entre as suas receitas e as despesas, quando decorrente de ato do Poder Executivo, na forma do § 1º e do item “1” do § 3º do artigo 7º desta lei complementar, se o caso;

III - vedação, observado o disposto no item “1” do § 2º do artigo 7º, bem como no artigo 9º desta lei complementar:

a) de alteração, na proposta orçamentária, da previsão das despesas de custeio e de pessoal suportadas com recursos provenientes de fontes de receitas próprias, desde que atendidas as exigências previstas no inciso II deste artigo;

b) de alteração, na proposta orçamentária, da previsão das despesas de capital suportadas com saldo financeiro de exercícios anteriores, observado o disposto no artigo 8º desta lei complementar;

c) ao recolhimento, ao Tesouro do Estado, do saldo de seus recursos provenientes de fontes de receitas próprias que não tenham sido utilizados ao final de cada exercício, excetuado o disposto no artigo 8º desta lei complementar;

d) ao contingenciamento e à limitação de empenho de despesas custeadas por fontes de receitas próprias, salvo se decorrentes de determinação legal, aplicável na hipótese de frustração da arrecadação, pelas agências reguladoras, dos recursos necessários ao custeio de tais despesas.

Artigo 7º - As agências reguladoras deverão, no exercício de sua autonomia orçamentária e financeira, adotar medidas de responsabilidade na gestão fiscal, assegurando o equilíbrio na execução orçamentária e financeira e o cumprimento de metas fiscais estabelecidas na legislação vigente.

§ 1º - Será caracterizado o desequilíbrio entre as receitas e as despesas das agências reguladoras se:

1 - as despesas correntes incorridas superem o valor arrecadado com receitas próprias no exercício financeiro;

2 - as despesas totais com pessoal ultrapassem 49% (quarenta e nove por cento) das receitas próprias auferidas no exercício financeiro.

§ 2º - Configurado o desequilíbrio entre as receitas e as despesas das agências reguladoras a que se refere o § 1º deste artigo:

1 - deixarão de ser aplicadas as vedações constantes do inciso III do artigo 6º desta lei complementar;

2 - ficará vedada:

a) a realização de concursos públicos e o provimento de cargos e empregos públicos de qualquer natureza, exceto os de Diretor-Presidente, Diretor, Superintendente de Área, Ouvidor e Corregedor;

b) o encaminhamento de proposta de alteração de plano de carreira e de remuneração de seus servidores, que implique aumento de despesa;

c) a contratação de hora extra, que será objeto de compensação, nos termos de acordo individual escrito ou acordo coletivo, em regime de banco de horas.

§ 3º - As consequências previstas no § 2º deste artigo não se aplicam:

1 - caso o desequilíbrio entre as receitas e as despesas decorra de redução, por ato do Poder Executivo, de recursos provenientes de fontes de receitas próprias da agência reguladora;

2 - nas demais hipóteses previstas em regulamento, a critério do Poder Executivo.

Artigo 8º - Os valores disponíveis como saldo financeiro de exercícios anteriores que superarem o montante de 20% (vinte por cento) da receita própria anual que as agências reguladoras tenham arrecadado no último exercício financeiro deverão ser destinados, na forma definida pelo poder concedente dos serviços regulados, conjunta ou isoladamente, à:

I - modicidade das tarifas;

II - garantia e execução de pagamentos devidos pelo Estado aos prestadores dos serviços regulados, inclusive para a recomposição dos efeitos de eventos de desequilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão reconhecidos, pela agência reguladora, como de responsabilidade do poder concedente;

III - melhoria dos serviços regulados.

Parágrafo único - O disposto no “caput” deste artigo não se aplica ao saldo financeiro oriundo de arrecadação com serviços de titularidade de outros entes federativos, para os quais não tenha sido delegada à agência reguladora a competência para a fixação das respectivas tarifas, permanecendo o correspondente saldo financeiro sob sua titularidade.

Artigo 9º - As agências reguladoras submetem-se às vedações incidentes sobre toda a Administração Pública estadual em qualquer das seguintes hipóteses:

I - atingimento, pelo Poder Executivo, dos limites fiscais estabelecidos na legislação aplicável, incluindo a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Complementar federal nº 101, de 4 de maio de 2000;

II - aplicação do mecanismo de ajuste fiscal de que trata o artigo 167-A da Constituição Federal.

Artigo 10 - A investidura a termo e a estabilidade dos dirigentes das agências reguladoras são caracterizadas pela impossibilidade de serem exonerados durante os seus mandatos, salvo nas hipóteses previstas no artigo 32 desta lei complementar.

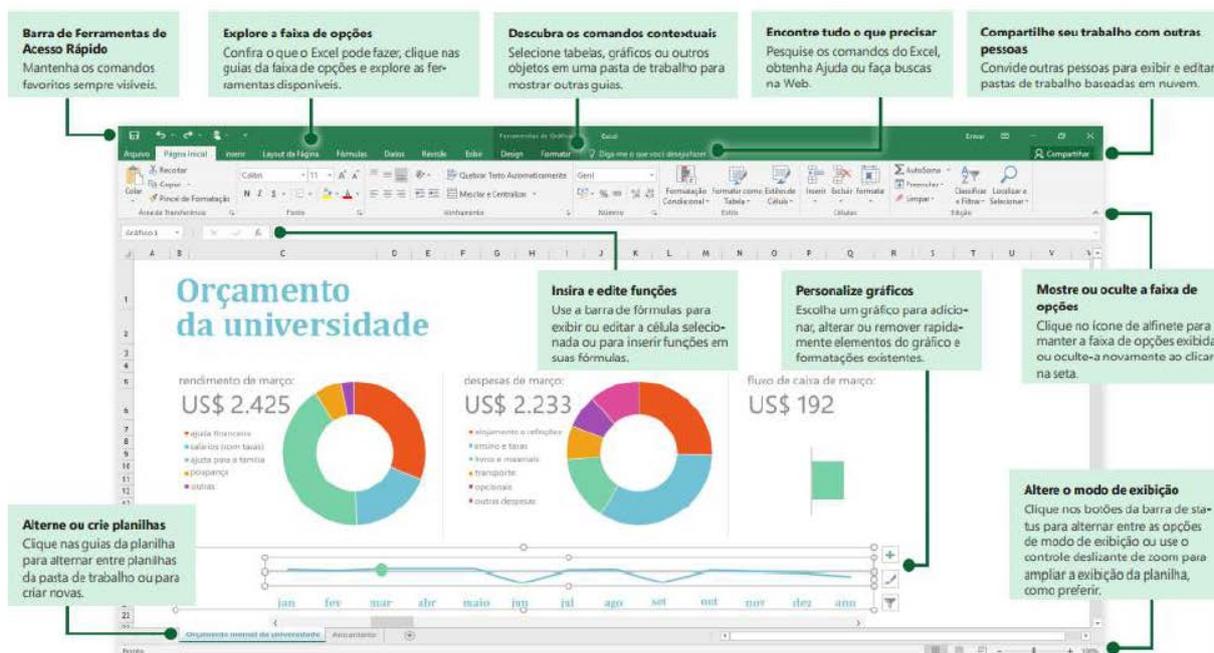
CAPÍTULO II DAS COMPETÊNCIAS DAS AGÊNCIAS REGULADORAS

Artigo 11 - Compete às agências reguladoras, sem prejuízo de suas atribuições específicas e das prerrogativas das autoridades estaduais e de outros entes federativos:

EXCEL

FORMATAÇÃO CONDICIONAL; FILTROS; FUNÇÕES DE PESQUISA (PROCX, PROCV, PROCH); OPERADORES ARITMÉTICOS (SOMA, SUBTRAÇÃO, MULTIPLICAÇÃO E POTÊNCIA; OPERADORES CONDICIONAIS (SE, E/OU); TABELA DINÂMICA; GRÁFICOS; GRÁFICOS DINÂMICOS; FÓRMULAS DE TEXTO (EXT.TEXTO; NÚM.CARACT; CONCATENAR; DIREITA; ESQUERDA; LOCALIZAR)

O Microsoft Excel 2019 é um dos softwares de planilha eletrônica mais robustos e utilizados no mundo, integrante do pacote Microsoft Office. Excel é amplamente reconhecido por sua capacidade de ajudar usuários a organizar dados, realizar cálculos complexos, analisar informações e visualizar dados em gráficos e tabelas.



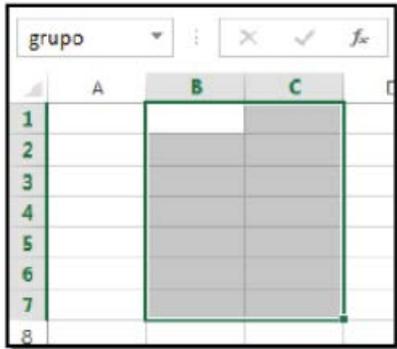
A tela do Excel é organizada em várias partes para facilitar o acesso a suas funcionalidades. Abaixo estão os componentes principais:

- **Barra de Ferramentas de Acesso Rápido:** Localizada no canto superior esquerdo, inclui ícones para salvar documentos, desfazer e refazer ações, e personalizar a barra para adicionar ou remover ícones.
- **Barra de Título:** Exibe o nome da pasta de trabalho aberta e o nome do programa. O nome padrão de uma nova pasta de trabalho é “Pasta”, que pode ser alterado ao salvar o arquivo.
- **Faixa de Opções:** Contém guias, grupos e comandos que organizam as funcionalidades do Excel. As guias incluem várias categorias como “Página Inicial”, que possui grupos para funções como área de transferência, fontes, alinhamento, entre outros.
- **Ajuda do Microsoft Excel (F1):** Acesso ao suporte do Excel, que pode ser offline ou online.
- **Opções de Exibição da Faixa de Opções:** Permite configurar a visibilidade da Faixa de Opções, com opções para ocultar automaticamente, mostrar apenas as guias, ou mostrar guias e comandos.
- **Botões de Controle da Janela:** Incluem Minimizar, Maximizar/Restaurar e Fechar, que controlam o tamanho e a visibilidade da janela do Excel.

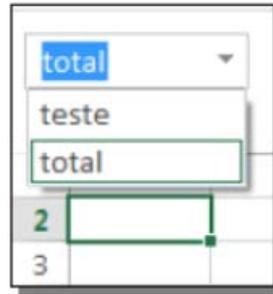
▪ **Caixa de Nomes e Barra de Fórmulas:** Localizadas abaixo da Faixa de Comandos. A Caixa de Nomes mostra a célula ativa e a Barra de Fórmulas permite inserir e editar fórmulas. A Caixa de Nomes no Excel não só exibe a referência da célula ativa mas também permite navegar rapidamente para qualquer célula digitando sua referência e pressionando ENTER. Além disso, essa ferramenta é útil para nomear células ou grupos de células, facilitando o trabalho em planilhas extensas ao permitir referenciar células sem precisar lembrar suas posições exatas.

Para renomear uma célula, siga estes passos:

Selecione a célula que deseja renomear > Digite o novo nome na Caixa de Nomes e pressione ENTER > Este nome agora está associado à célula selecionada. O mesmo processo pode ser aplicado para nomear um conjunto de células > Ao clicar no menu suspenso da Caixa de Nomes, você pode visualizar todos os nomes definidos na planilha e acessar rapidamente as células correspondentes com um simples clique.



Nome dado a um grupo de células.



Nomes dados às células da planilha.

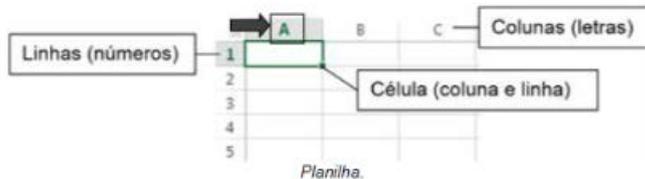
A Barra de Fórmulas é essencial para interagir com o conteúdo das células em uma planilha do Excel. Quando uma célula é selecionada, seu conteúdo pode ser inserido ou editado diretamente na Barra de Fórmulas, proporcionando uma visualização clara e facilitada do que está sendo digitado.

Esta barra é particularmente útil para exibir o conteúdo exato de uma célula, especialmente se o conteúdo for uma fórmula. Enquanto a célula mostra o resultado da fórmula, a Barra de Fórmulas revela a fórmula em si, permitindo ao usuário ver e editar o código que gera o resultado.

Além disso, a estrutura visual da planilha inclui o cabeçalho das colunas e linhas, culminando nas células onde os dados são inseridos. Na interface do Excel, um clique no canto onde as linhas e colunas se encontram (frequentemente indicado por uma seta na descrição) permite a seleção de toda a planilha de uma só vez.



Barra de fórmulas.



Planilha.

Gerenciamento de Guias de Planilhas no Excel

Cada planilha dentro de um arquivo do Excel é representada por uma guia, localizada na parte inferior da janela do programa. As guias permitem uma organização eficiente de diversas planilhas dentro de uma única pasta de trabalho.

REGULAÇÃO ECONÔMICA

ELASTICIDADE DA DEMANDA

A teoria da demanda é um conceito fundamental na economia, que descreve a relação entre a quantidade de um bem ou serviço que os consumidores estão dispostos e capazes de comprar e o preço desse bem ou serviço. Essa teoria é crucial para entender como os mercados funcionam, como os preços são determinados e como os consumidores tomam decisões de compra.

► Conceitos Básicos

- **Demanda:** Refere-se à quantidade de um bem ou serviço que os consumidores desejam comprar a um determinado preço, em um dado período. A demanda não é estática e pode variar com mudanças nos preços, na renda dos consumidores, nas preferências e em outros fatores.
- **Quantidade Demandada:** É a quantidade específica de um bem ou serviço que os consumidores estão dispostos a comprar a um determinado preço. A quantidade demandada pode mudar com a variação do preço, mantendo-se constantes os demais fatores (*ceteris paribus*).
- **Lei da Demanda:** A lei da demanda afirma que, *ceteris paribus*, quando o preço de um bem aumenta, a quantidade demandada desse bem diminui, e quando o preço diminui, a quantidade demandada aumenta. Esta relação inversa é representada pela curva de demanda.

► Curva de Demanda

A curva de demanda é uma representação gráfica da relação entre o preço de um bem e a quantidade demandada. Em um gráfico, o preço é geralmente representado no eixo vertical (eixo Y) e a quantidade demandada no eixo horizontal (eixo X). A curva de demanda geralmente tem uma inclinação negativa, refletindo a lei da demanda.

► Fatores que Afetam a Demanda

- **Preço dos Bens e Serviços:** Conforme mencionado, há uma relação inversa entre o preço e a quantidade demandada, conforme a lei da demanda.
- **Renda dos Consumidores:** Um aumento na renda dos consumidores geralmente aumenta a demanda por bens normais (bens cuja demanda aumenta com a renda), enquanto pode diminuir a demanda por bens inferiores (bens cuja demanda diminui com o aumento da renda).

► Preços de Bens Relacionados:

- **Bens Substitutos:** Se o preço de um bem substituto aumenta, a demanda pelo bem considerado pode aumentar (e vice-versa).
- **Bens Complementares:** Se o preço de um bem complementar aumenta, a demanda pelo bem considerado pode diminuir (e vice-versa).
- **Preferências dos Consumidores:** Mudanças nas preferências, influenciadas por fatores como moda, publicidade e mudanças culturais, podem alterar a demanda por diferentes bens e serviços.
- **Expectativas:** Expectativas sobre preços futuros, renda futura e disponibilidade futura de bens e serviços podem influenciar a demanda atual. Por exemplo, se os consumidores esperam que os preços aumentem no futuro, podem aumentar a demanda no presente.
- **Número de Consumidores no Mercado:** Um aumento no número de consumidores geralmente aumenta a demanda total por um bem ou serviço.

► Elasticidade da Demanda

A elasticidade-preço da demanda mede a sensibilidade da quantidade demandada de um bem à variação do seu preço. É calculada como a variação percentual na quantidade demandada dividida pela variação percentual no preço.

- **Demanda Elástica:** Quando a elasticidade-preço da demanda é maior que 1, indicando que a quantidade demandada responde fortemente às variações de preço.
- **Demanda Inelástica:** Quando a elasticidade-preço da demanda é menor que 1, indicando que a quantidade demandada responde fracamente às variações de preço.
- **Demanda Unitária:** Quando a elasticidade-preço da demanda é igual a 1, indicando que a variação percentual na quantidade demandada é igual à variação percentual no preço.

► Exemplos Práticos

- **Mercado de Automóveis:** Se o preço dos automóveis diminui devido a uma promoção, a quantidade demandada de automóveis tende a aumentar, conforme a lei da demanda.
- **Produtos de Necessidade:** Bens essenciais como medicamentos geralmente têm demanda inelástica, pois as pessoas precisam deles independentemente do preço.
- **Produtos de Luxo:** Bens de luxo tendem a ter uma demanda mais elástica, pois os consumidores podem facilmente reduzir a quantidade comprada se o preço aumentar.

TEORIA DA FIRMA

A ORIGEM DA TEORIA DA FIRMA

A teoria da firma surgiu como uma tentativa de entender como as empresas tomam decisões econômicas fundamentais, como produção, preços, custos e lucros. Essa teoria ganhou força dentro da economia, especialmente na microeconomia, ao buscar explicar o papel das firmas como unidades organizadas de produção em um mercado. Sua origem pode ser rastreada até os estudos clássicos dos economistas do século XIX, mas sua formulação mais clara ocorreu no século XX, com autores que buscaram responder a uma pergunta básica: por que as firmas existem?

► **A visão clássica da firma**

Na tradição clássica da economia, com autores como Adam Smith e David Ricardo, a firma era tratada de forma bastante abstrata. Ela era vista apenas como um ponto onde a produção acontecia. Esses economistas estavam mais preocupados com a distribuição da renda entre as classes sociais (trabalhadores, capitalistas e proprietários de terra) do que com o funcionamento interno das empresas. A produção era entendida como uma função que convertia insumos (como trabalho e capital) em produtos, mas sem se aprofundar na estrutura interna ou na lógica de tomada de decisão das firmas.

► **O avanço da teoria neoclássica**

Com o desenvolvimento da microeconomia neoclássica, a firma passou a ser analisada com mais detalhe, ainda que de maneira simplificada. Os economistas neoclássicos tratavam a firma como uma “caixa preta”: uma entidade que recebe insumos e gera produtos, com o objetivo principal de maximizar lucros. Essa abordagem focava nas curvas de custo e receita, e nos modelos de mercado em que a firma atuava (como concorrência perfeita, monopólio e oligopólio). No entanto, não se discutia por que as firmas existiam ou como elas organizavam suas atividades internamente.

► **Ronald Coase e a pergunta fundamental**

Um dos grandes marcos no desenvolvimento da teoria da firma foi o artigo do economista Ronald Coase, publicado em 1937, intitulado “A Natureza da Firma”. Nele, Coase levantou uma questão que ainda não havia sido devidamente enfrentada pela teoria econômica: por que a produção acontece dentro de firmas, em vez de acontecer inteiramente por meio do mercado?

A resposta de Coase envolveu o conceito de custos de transação. Para ele, o mercado não é gratuito nem perfeito. Sempre que duas partes precisam negociar, há custos envolvidos: buscar fornecedores, fazer contratos, fiscalizar entregas, resolver disputas. Quando esses custos de transação são altos, pode ser mais eficiente organizar a produção dentro de uma firma, onde há hierarquia, ordens diretas e contratos mais duradouros. Assim, segundo Coase, a firma surge como uma resposta à ineficiência do mercado em certas situações.

► **A contribuição de Oliver Williamson**

Anos mais tarde, o economista Oliver Williamson aprofundou a análise de Coase, desenvolvendo a chamada economia dos custos de transação. Williamson explorou como diferentes formas de governança – mercado, firma e contratos híbridos – podem ser comparadas com base em seus custos de transação. Ele também introduziu a ideia de que certos ativos são específicos para uma transação, o que torna o relacionamento entre as partes mais dependente e sujeito a conflitos. Nesse contexto, a firma aparece como uma forma de evitar esses problemas, oferecendo maior controle e previsibilidade.

► **Outras abordagens importantes**

Além dos custos de transação, outras correntes ajudaram a expandir a teoria da firma. Entre elas, destacam-se:

- **Teoria dos contratos:** estuda como as partes elaboram contratos para reduzir incertezas, ainda que esses contratos sejam frequentemente incompletos.
- **Teoria da agência:** analisa o conflito entre proprietários (principal) e gestores (agente), com foco nos mecanismos de incentivo e controle.
- **Teoria evolucionária da firma:** propõe que as firmas aprendem e se adaptam ao longo do tempo, com base em rotinas e capacidades organizacionais.
- **Teoria baseada em recursos:** vê a firma como um conjunto de recursos estratégicos que busca vantagem competitiva no mercado.

A FIRMA NA PERSPECTIVA DA MICROECONOMIA

A microeconomia é a área da economia que estuda o comportamento dos agentes individuais, como consumidores, trabalhadores e empresas. Nesse contexto, a firma é analisada como uma unidade produtiva que toma decisões com base em incentivos econômicos, especialmente relacionados à produção, ao uso de insumos e à maximização do lucro. A microeconomia tradicional trata a firma de maneira funcional, ou seja, como um agente racional que responde aos preços de mercado e ajusta sua produção conforme os custos e receitas envolvidos.

Essa abordagem é útil para entender como as firmas interagem nos mercados e quais são os principais fatores que determinam sua estrutura de produção e seu comportamento. Ainda que simplificada, a visão microeconômica fornece as ferramentas básicas para compreender temas como eficiência produtiva, formação de preços e decisões estratégicas.

► **O objetivo central da firma: maximizar o lucro**

Na microeconomia, a firma é concebida como um agente que busca maximizar seu lucro. O lucro econômico é a diferença entre a receita total (obtida pela venda dos produtos) e o custo total (envolvendo todos os custos explícitos e implícitos). Assim, a firma decide quanto produzir e a que preço vender com base em seu objetivo de alcançar o maior lucro possível.

Esse comportamento racional parte de alguns pressupostos básicos:

- A firma possui informações perfeitas sobre seus custos e receitas.
- A tecnologia de produção é conhecida e está disponível.

MATEMÁTICA FINANCEIRA

JUROS SIMPLES; JUROS COMPOSTOS; SISTEMA PRICE; SISTEMA SAC; SISTEMAS DE AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

► Taxas de juros

Índices fundamentais no estudo da matemática financeira, sendo incorporadas sempre ao capital. São elas:

▪ **Taxa efetiva:** são aquelas onde a taxa da unidade de tempo coincide com a unidade de tempo do período de capitalização (valorização). Exemplo: Uma taxa de 13% ao trimestre com capitalização trimestral.

Atenção: Quando no enunciado não estiver citando o período de capitalização, a mesma vai coincidir com unidade da taxa. Em outras palavras iremos trabalhar com taxa efetiva!!!

▪ **Taxa nominal:** são aquelas cujas unidade de tempo **NÃO** coincide com as unidades de tempo do período de capitalização.

Exemplo:

1. (TJ/PE- ANALISTA JUDICIÁRIO-CONTADOR-FCC)

Uma taxa de juros nominal de 21% ao trimestre, com juros capitalizados mensalmente, apresenta uma taxa de juros efetiva, trimestral de, aproximadamente,

- (A) 21,7%.
- (B) 22,5%.
- (C) 24,8%.
- (D) 32,4%.
- (E) 33,7%.

Resolução:

21% a. t capitalizados mensalmente (taxa nominal), como um trimestre tem 3 meses, $21/3 = 7\%$ a.m (taxa efetiva).

im = taxa ao mês

it = taxa ao trimestre.

$$(1+im)^3 = (1+it) \Rightarrow (1+0,07)^3 = 1+it \Rightarrow (1,07)^3 = 1+it \Rightarrow 1,225043 = 1+it \Rightarrow it = 1,225043 - 1 \Rightarrow it = 0,225043 \Rightarrow it = 22,5043\%$$

Resposta: B

Atenção: Para resolução de questões com taxas nominais devemos primeiramente descobrir a taxa efetiva (multiplicando ou dividindo a taxa)

Importante: toda taxa nominal traz implícita uma taxa efetiva que deve ser calculada proporcionalmente.

▪ **Taxas proporcionais (regime de juros simples):** são taxas em unidade de tempo diferente que aplicadas sobre o mesmo capital ao mesmo período de tempo irão gerar o mesmo montante.

Exemplo:

(PREF. FLORIANÓPOLIS/SC – AUDITOR FISCAL – FEPESE) A taxa de juros simples mensais de 4,25% equivalente à taxa de:

- (A) 12,5% trimestral.
- (B) 16% quadrimestral.
- (C) 25,5% semestral.
- (D) 36,0% anual.
- (E) 52% anual.

Resolução:

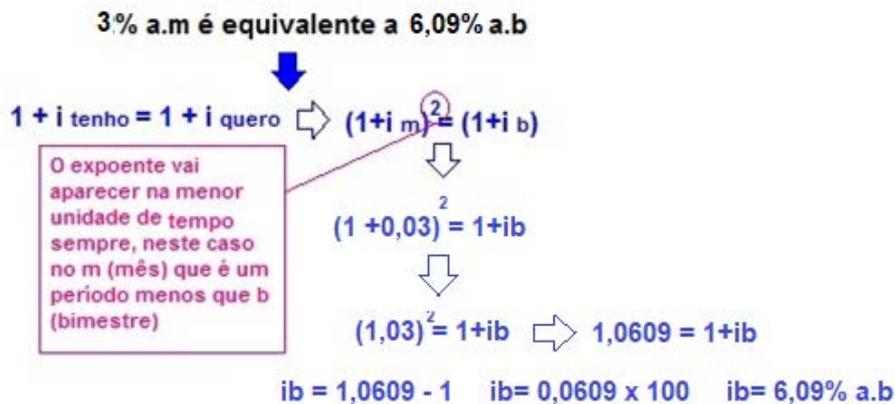
Sabemos que taxas a juros simples são ditas taxas proporcionais ou lineares. Para resolução das questões vamos avaliar item a item para sabermos se está certo ou errado:

- 4,25% a.m
- Trimestral = $4,25 \cdot 3 = 12,75$ (errada)
- Quadrimestral = $4,25 \cdot 4 = 17\%$ (errada)
- Semestral = $4,25 \cdot 6 = 25,5 \%$ (correta)
- Anual = $4,25 \cdot 12 = 51\%$ (errada)

Resposta: C

▪ **Taxas equivalentes (regime de juros compostos):** as taxas de juros se expressam também em função do tempo da operação, porém não de forma proporcional, mas de forma exponencial, ou seja, as taxas são ditas equivalentes.

Exemplo:



► **Taxa Real, Aparente e Inflação**

- **Taxa real (i_r)** = taxa que considera os efeitos da inflação e seus ganhos.
- **Taxa aparente (i_a)** = taxa que não considera os efeitos da inflação (são as taxas efetivas/nominais).
- **Taxa de inflação (i_i)** = a inflação representa a perda do poder de compra.

Escrevendo todas as taxas em função uma das outras, temos:

$$(1+i_a) = (1+i_r) \cdot (1+i_i)$$

Onde: $(1 + i_a) = \frac{M}{C}$, independe da quantidade de períodos e do regime de juros.

► **Descontos**

É a diferença entre o **valor título** (valor nominal) e o **valor recebido** (valor atual).

$$D = N - A$$

Onde:

D = desconto

N = valor nominal

A = valor atual

Atenção: Comparando com o regime de juros, observamos que:

- o **Valor Atual**, ou valor futuro (valor do resgate) nos dá ideia de **Montante**;
- o **Valor Nominal**, nome do título (valor que resgatei) nos dá ideia de **Capital**;
- e o **Desconto** nos dá ideia de **Juros**.

NOÇÕES DE ESTATÍSTICA

ESTATÍSTICA DESCRITIVA E ANÁLISE EXPLORATÓRIA DE DADOS: GRÁFICOS, DIAGRAMAS, TABELAS, MEDIDAS DESCRITIVAS (POSIÇÃO, DISPERSÃO, ASSIMETRIA E CURTOSE)

O objetivo estatístico descritivo é sintetizar as principais características de um conjunto de dados usando tabelas, gráficos e resumos numéricos.

As estatísticas estão se tornando uma importante ferramenta de apoio à decisão todos os dias. Resumindo: É um conjunto de métodos e técnicas que ajudam a tomar decisões em meio à incerteza.

Estatística descritiva (Dedutiva)

O objetivo da Estatística Descritiva é resumir as principais características de um conjunto de dados por meio de tabelas, gráficos e resumos numéricos. Fazemos uso de:

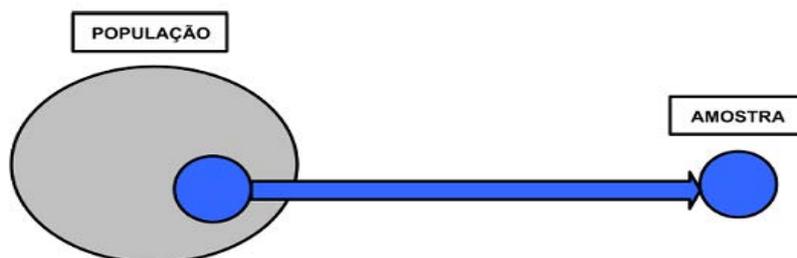
- **Tabelas de frequência:** ao dispor de uma lista volumosa de dados, as tabelas de frequência servem para agrupar informações de modo que estas possam ser analisadas. As tabelas podem ser de frequência simples ou de frequência em faixa de valores.
- **Gráficos:** o objetivo da representação gráfica é dirigir a atenção do analista para alguns aspectos de um conjunto de dados. Alguns exemplos de gráficos são: diagrama de barras, diagrama em setores, histograma, boxplot, ramo-e-folhas, diagrama de dispersão, gráfico sequencial.
- **Resumos numéricos:** por meio de medidas ou resumos numéricos podemos levantar importantes informações sobre o conjunto de dados tais como: a tendência central, variabilidade, simetria, valores extremos, valores discrepantes, etc.

Estatística inferencial (Indutiva)

Usar informações incompletas para tomar decisões e tirar conclusões satisfatórias. A base do método estatístico lógico é o cálculo de probabilidades. Usamos:

- **Estimação:** a técnica consiste em utilizar um conjunto de dados incompletos, ao qual iremos chamar de amostra, e nele calcular estimativas de quantidades de interesse. Estas estimativas podem ser pontuais (representadas por um único valor) ou intervalares.
- **Teste de Hipóteses:** o fundamento é levantar suposições acerca de uma quantidade não conhecida e utilizar, também, dados incompletos para criar uma regra de escolha.

População e amostra



- **População:** conjunto de todas as unidades sobre as quais há o interesse de investigar uma ou mais características.

Variáveis e suas classificações

- **Qualitativas:** quando seus valores são expressos por atributos: sexo (masculino ou feminino), cor da pele, entre outros. Dizemos que estamos qualificando.
- **Quantitativas:** quando seus valores são expressos em números (salários dos operários, idade dos alunos, etc). Uma variável quantitativa que pode assumir qualquer valor entre dois limites recebe o nome de **variável contínua**; e uma variável que só pode assumir valores pertencentes a um conjunto enumerável recebe o nome de **variável discreta**.

Fases do método estatístico

- **Coleta de dados:** A coleta pode ser direta e indireta.
- **Crítica dos dados:** Uma vez recebidos, os dados devem ser verificados cuidadosamente, procurando possíveis enganos e imperfeições, para não cometer enganos grosseiros ou grandes que possam afetar significativamente os resultados. A crítica pode ser externa e interna.
- **Apuração dos dados:** soma e processamento dos dados obtidos e a disposição mediante critérios de classificação, que pode ser manual, eletromecânica ou eletrônica.
- **Exposição ou apresentação de dados:** os dados devem ser apresentados sob forma adequada (tabelas ou gráficos), isso torna mais fácil o exame daquilo que está sendo objeto de tratamento estatístico.
- **Análise dos resultados:** realizadas anteriores (Estatística Descritiva), fazemos uma análise dos resultados obtidos, através dos métodos da Estatística Indutiva ou Inferencial, que tem por base a indução ou inferência, e tiramos desses resultados conclusões e previsões.

Censo

Avaliação direta de um parâmetro, utilizando-se todos os componentes da população.

Principais propriedades:

- Admite erros processual zero e tem 100% de confiabilidade;
- É caro;
- É lento;
- É quase sempre desatualizado (visto que se realizam em períodos de anos 10 em 10 anos);
- Nem sempre é viável.
- **Dados brutos:** é uma sequência de valores numéricos não organizados, obtidos diretamente da observação de um fenômeno coletivo.
- **Rol:** é uma sequência ordenada dos dados brutos.

Tabelas de frequência

Podemos agrupar os valores de variáveis quantitativas ou qualitativas a partir de dados brutos e criar tabelas de frequências. As tabelas de frequência podem ser simples ou por faixas de valores, dependendo da classificação da variável.

▪ **Tabela de frequência simples**

São adequadas para resumir observações de uma variável qualitativa ou quantitativa discreta, desde que esta apresente um conjunto pequeno de diferentes valores.

Exemplo:

Frequências de estado civil em uma amostra de 385 indivíduos.

Estado Civil	Frequência Absoluta	Frequência Relativa Percentual
Solteiro	165	42,86%
Casado	166	43,12%
Divorciado	10	2,6%
Viúvo	12	3,12%
Outro	32	8,31%
Total	385	100%

MÉTODOS QUANTITATIVOS

MODELOS MATEMÁTICOS APLICADOS A ECONOMIA. MODELO OFERTA E DEMANDA EQUILÍBRIO DE MERCADO. PROPRIEDADES DO EQUILÍBRIO. MODELOS COM MERCADORIAS OPERAÇÕES COM MATRIZES. MODELOS INSUMO E PRODUTO

O MODELO CLÁSSICO DE OFERTA E DEMANDA

O modelo clássico de oferta e demanda é um dos pilares da teoria econômica. Ele oferece uma maneira sistemática e lógica de entender como os preços e quantidades de bens são determinados em mercados competitivos. A simplicidade do modelo permite que ele seja amplamente aplicado em diversas situações, servindo de base para modelos mais complexos.

► Representação matemática das curvas de oferta e demanda

No centro do modelo estão duas funções fundamentais: a função demanda e a função oferta. Ambas relacionam o preço de um bem à quantidade que consumidores desejam comprar ou que produtores desejam vender.

A função demanda pode ser representada da seguinte forma:

$$Q_d \text{ igual a } a \text{ menos } b \text{ vezes } P$$

Onde:

- Q_d é a quantidade demandada
- P é o preço do bem
- a e b são constantes, com a maior que zero e b maior que zero

Esse tipo de função mostra uma relação negativa entre preço e quantidade demandada. Ou seja, quanto maior o preço, menor será a quantidade procurada, o que reflete o comportamento típico dos consumidores.

Já a função oferta é geralmente expressa assim:

$$Q_s \text{ igual a } c \text{ mais } d \text{ vezes } P$$

Onde:

- Q_s é a quantidade ofertada
- P é o preço do bem
- c e d são constantes, com d maior que zero

Neste caso, a relação é positiva. À medida que o preço sobe, aumenta também a quantidade que os produtores estão dispostos a ofertar, já que a atividade se torna mais lucrativa.

► Interpretação gráfica

Quando representamos graficamente essas duas funções em um plano cartesiano, com o preço no eixo vertical e a quantidade no eixo horizontal, temos duas curvas:

- A curva de demanda, com inclinação negativa
- A curva de oferta, com inclinação positiva

O ponto onde essas duas curvas se cruzam é chamado de ponto de equilíbrio do mercado. Nesse ponto, a quantidade que os consumidores desejam comprar é exatamente igual à quantidade que os produtores desejam vender. Esse equilíbrio determina o preço e a quantidade de equilíbrio.

Visualmente, o gráfico transmite a ideia de ajuste natural do mercado. Qualquer desequilíbrio entre oferta e demanda tende a gerar movimentos no preço que empurram o mercado de volta ao ponto de equilíbrio.

► Determinação do ponto de equilíbrio

Para encontrar o ponto de equilíbrio de maneira analítica, basta igualar as duas funções:

$$Q_d \text{ igual a } Q_s \\ a \text{ menos } b \text{ vezes } P \text{ igual a } c \text{ mais } d \text{ vezes } P$$

Resolvendo essa equação:

- a menos c igual a b vezes P mais d vezes P
 - a menos c igual a P vezes $(b \text{ mais } d)$
- $$P \text{ igual a } (a \text{ menos } c) \text{ dividido por } (b \text{ mais } d)$$

Com o valor de P em mãos, podemos substituir em uma das equações originais para obter a quantidade de equilíbrio Q :

$$Q \text{ igual a } a \text{ menos } b \text{ vezes } P$$

Esse sistema é fundamental para entender como choques de mercado, mudanças na renda, alterações nos custos de produção ou políticas públicas afetam os preços e quantidades comercializadas.

Por exemplo, se o governo impõe um imposto sobre o produto, o custo de produção sobe e a função oferta pode se deslocar para cima. Isso leva a um novo ponto de equilíbrio, geralmente com preço mais alto e quantidade menor. O mesmo raciocínio vale para subsídios, mudanças tecnológicas ou alterações na preferência dos consumidores.

► Aplicações práticas do modelo

Embora seja um modelo simplificado, o modelo clássico de oferta e demanda ajuda a entender situações como:

- Escassez de produtos
- Formação de preços em mercados livres
- Impacto de políticas públicas como controle de preços

- Efeitos de choques externos como crises ou avanços tecnológicos

Ele também é amplamente utilizado em análises microeconômicas e macroeconômicas iniciais, por oferecer uma estrutura simples para pensar sobre ajustes de mercado.

A principal força do modelo está em sua clareza conceitual. Mesmo com suas limitações, ele continua sendo uma ferramenta indispensável para a compreensão dos fundamentos econômicos, servindo como ponto de partida para modelos mais sofisticados que incorporam múltiplos mercados, incerteza, expectativas e outros elementos do mundo real.

EQUILÍBRIO DE MERCADO E SUAS PROPRIEDADES

O conceito de equilíbrio de mercado é central na análise econômica. Ele descreve uma situação em que a quantidade de um bem que os consumidores desejam comprar é exatamente igual à quantidade que os produtores desejam vender.

A partir dessa igualdade, o preço se estabiliza e, em condições ideais, não há pressão para mudanças. Esta seção aborda como esse equilíbrio é determinado, suas propriedades matemáticas e como o mercado reage a variações externas.

► Definição de equilíbrio de mercado

O equilíbrio ocorre no ponto onde a curva de demanda encontra a curva de oferta. Matematicamente, esse ponto é obtido igualando as duas funções:

Q_d igual a Q_s

Se tivermos as funções:

Q_d igual a a menos b vezes P

Q_s igual a c mais d vezes P

Igualando:

a menos b vezes P igual a c mais d vezes P

Resolvendo para P :

P igual a $(a$ menos $c)$ dividido por $(b$ mais $d)$

Substituindo esse valor em uma das equações originais, encontramos a quantidade de equilíbrio Q . Este ponto P e Q representa o equilíbrio do mercado.

Esse equilíbrio é considerado eficiente em termos de alocação de recursos, pois todo produto ofertado é vendido, e todo consumidor disposto a pagar o preço de equilíbrio consegue comprar.

► Estabilidade e unicidade do equilíbrio

Além de identificar o ponto de equilíbrio, é importante entender suas propriedades. Duas características fundamentais são a estabilidade e a unicidade.

A estabilidade do equilíbrio se refere à tendência do mercado retornar ao equilíbrio após uma perturbação. Se, por algum motivo, o preço for maior ou menor que o preço de equilíbrio, haverá excesso de oferta ou excesso de demanda. Isso gera pressões de mercado que empurram o preço de volta ao seu ponto de equilíbrio.

Por exemplo:

- Se o preço estiver acima do equilíbrio, a quantidade ofertada será maior do que a demandada, gerando um excedente. Para vender esse excesso, os produtores tendem a reduzir o preço.
- Se o preço estiver abaixo do equilíbrio, a quantidade demandada será maior do que a ofertada, gerando escassez. Os consumidores competem entre si, e os preços sobem.

Esse comportamento faz com que o sistema naturalmente caminhe para o equilíbrio. Para que isso ocorra, é necessário que a curva de demanda seja decrescente e a de oferta crescente, garantindo a inclinação correta para a estabilidade.

A unicidade do equilíbrio significa que existe apenas um ponto onde a oferta iguala a demanda. Isso depende das propriedades matemáticas das funções envolvidas. Com funções lineares simples, como as apresentadas anteriormente, a unicidade é garantida. Em modelos mais complexos, com múltiplos produtos ou curvas não lineares, pode haver múltiplos equilíbrios ou até ausência de equilíbrio.

► Ajustes de mercado diante de choques

Embora o equilíbrio represente uma situação de estabilidade, na prática os mercados estão em constante movimento. Mudanças em variáveis externas provocam deslocamentos das curvas de oferta ou demanda, criando novos pontos de equilíbrio. Esses eventos são chamados de choques.

Exemplos de choques de demanda:

- Aumento da renda dos consumidores
- Mudanças nas preferências do público
- Expectativas futuras de preços

Esses fatores deslocam a curva de demanda para a direita ou para a esquerda, alterando o preço e a quantidade de equilíbrio.

Exemplos de choques de oferta:

- Mudanças tecnológicas
- Variações no custo de insumos
- Intervenções governamentais como impostos ou subsídios

Esses fatores deslocam a curva de oferta e também alteram o equilíbrio. O modelo de oferta e demanda permite prever qualitativamente o que ocorrerá após o choque, mesmo que nem sempre seja possível determinar valores exatos sem dados adicionais.

A capacidade de ajustar-se após choques é uma das maiores vantagens do mercado competitivo. No entanto, esse processo pode não ser instantâneo. Existem fricções como rigidez de preços, contratos de longo prazo e limitações informacionais que podem atrasar o ajuste.

► A importância do conceito de equilíbrio

O equilíbrio de mercado é mais do que um ponto de interseção entre duas curvas. Ele representa uma condição em que:

- Não há excesso nem escassez

CONTABILIDADE GERAL

ESTRUTURA CONCEITUAL BÁSICA DO COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS; OBJETIVOS DOS RELATÓRIOS CONTÁBEIS; CARACTERÍSTICAS DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL; ESTRUTURA CONCEITUAL; FUNÇÕES DA CONTABILIDADE

Objetivos dos relatórios contábeis

Os relatórios contábeis, também chamados de demonstrações contábeis, têm como principal objetivo fornecer informações úteis para a tomada de decisões econômicas por parte dos usuários. Essas informações devem retratar, de forma fidedigna, a posição patrimonial e financeira da entidade, seu desempenho, suas mudanças na posição financeira e fluxos de caixa, entre outros aspectos relevantes.

A Estrutura Conceitual do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) estabelece esses objetivos com base na utilidade das informações para investidores, credores, fornecedores, gestores, governos e demais interessados.

► Informações úteis para a tomada de decisões

A contabilidade existe para atender às necessidades de informação dos usuários. Um dos principais objetivos dos relatórios contábeis é auxiliar usuários externos, que não participam diretamente da gestão da entidade, a tomar decisões baseadas em dados confiáveis. Entre os principais usuários estão:

- **Investidores:** interessados em avaliar o retorno e os riscos de seus investimentos;
- **Credores e financiadores:** que precisam saber da capacidade da empresa em honrar compromissos;
- **Fornecedores:** interessados na solvência da entidade;
- **Órgãos reguladores e governamentais:** para fins de fiscalização e arrecadação tributária;
- **Clientes e empregados:** que buscam estabilidade e continuidade da entidade.

A informação contábil deve, portanto, ser relevante e representar fielmente a realidade da empresa. Isso significa que os relatórios contábeis devem permitir a avaliação do desempenho econômico e financeiro da entidade ao longo do tempo.

► Avaliação da posição financeira

Outro objetivo dos relatórios contábeis é apresentar, de forma clara, a posição patrimonial e financeira da entidade em determinada data. Isso é feito por meio do Balanço Patrimonial, que mostra os ativos (bens e direitos), os passivos (obrigações) e o patrimônio líquido (recursos próprios). Com esses dados, os usuários podem avaliar, por exemplo, o nível de endividamento

► Mensuração do desempenho

As demonstrações contábeis também devem possibilitar a análise do desempenho da entidade ao longo de um período. A Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) é o principal instrumento para isso, pois apresenta as receitas, os custos e as despesas, resultando no lucro ou prejuízo do período. Avaliar esse desempenho permite aos usuários entenderem como a entidade gera valor, se está sendo eficiente e se tem perspectiva de crescimento.

► Projeção de fluxos de caixa futuros

As informações contidas nos relatórios contábeis devem permitir aos usuários estimar os fluxos de caixa futuros da entidade. Saber quanto dinheiro entrará ou sairá da empresa no futuro é fundamental para decisões de investimento, concessão de crédito ou definição de políticas internas. Nesse sentido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) ganha relevância, pois detalha as entradas e saídas de caixa relacionadas às atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

► Avaliação da capacidade de geração de caixa e solvência

Com base nos relatórios contábeis, é possível avaliar a capacidade da entidade em gerar caixa suficiente para pagar suas dívidas, remunerar os sócios e reinvestir em suas operações. Essa análise é especialmente importante para investidores e credores, que dependem da saúde financeira da empresa para garantir retorno e segurança.

► Atendimento a obrigações legais e fiscais

Os relatórios contábeis também cumprem a função de atender às exigências legais e fiscais. Empresas precisam apresentar suas demonstrações contábeis aos órgãos reguladores, como a Receita Federal e juntas comerciais, além de seguir normas contábeis estabelecidas pelos CPCs, que se alinham às normas internacionais de contabilidade (IFRS). Isso garante transparência e padronização na divulgação das informações.

► Base para a elaboração de políticas internas

Internamente, os relatórios contábeis são utilizados pelos gestores para elaborar estratégias, controlar gastos, planejar investimentos e avaliar os resultados obtidos. Eles são, portanto, ferramentas indispensáveis para a gestão eficiente da entidade.

Características qualitativas da informação contábil

As características qualitativas da informação contábil são critérios fundamentais que asseguram a utilidade das informações fornecidas pelos relatórios contábeis. De acordo com a Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), essas características são divididas em dois

características qualitativas fundamentais e características qualitativas de melhoria. Todas elas têm como objetivo tornar a informação contábil mais útil para os usuários no processo de tomada de decisão.

► **Características qualitativas fundamentais**

As características fundamentais são aquelas indispensáveis para que a informação contábil seja útil. São elas:

1. Relevância:

A informação contábil é relevante quando é capaz de influenciar as decisões econômicas dos usuários. Para isso, ela deve ajudar a confirmar eventos passados, presentes ou futuros (valor preditivo) e também ser útil para revisar ou corrigir avaliações anteriores (valor confirmatório).

Além disso, a relevância está ligada à materialidade. Uma informação é considerada material quando sua omissão ou divulgação inadequada pode influenciar as decisões dos usuários. A materialidade depende do tamanho ou da natureza da informação dentro do contexto da entidade.

2. Representação fidedigna:

Para ser útil, a informação precisa representar fielmente os eventos econômicos que se propõe a retratar. Isso significa que os dados contábeis devem ser completos, neutros e livres de erros.

- **Completos:** incluem todas as informações necessárias para compreensão adequada.
- **Neutros:** são isentos de viés ou manipulação intencional.
- **Livres de erro:** não significa perfeição absoluta, mas sim que foram elaborados com precisão e usando julgamentos apropriados.

A combinação entre relevância e representação fidedigna é o que garante que a informação contábil seja verdadeiramente útil para os usuários.

► **Características qualitativas de melhoria**

Essas características não tornam a informação útil por si só, mas aumentam a sua qualidade quando já são atendidas as características fundamentais. São elas:

1. Comparabilidade:

- Permite que os usuários identifiquem semelhanças e diferenças entre os relatórios de diferentes entidades ou de uma mesma entidade em períodos distintos.
- A comparabilidade exige a aplicação consistente das políticas contábeis ao longo do tempo, mas não impede mudanças – desde que essas mudanças sejam devidamente justificadas e divulgadas.

2. Verificabilidade:

- Refere-se à capacidade de diferentes observadores, independentes e qualificados, chegarem a conclusões semelhantes ao analisar a mesma informação contábil.
- A verificabilidade aumenta a confiança dos usuários nos dados apresentados, pois indica que há base objetiva e documentada para os números contábeis.

3. Tempestividade:

- A informação contábil precisa ser divulgada em tempo hábil para que mantenha sua relevância. Informações que chegam tarde, mesmo que precisas, podem perder seu valor para a tomada de decisão.
- Por isso, há um equilíbrio importante entre tempestividade e exatidão – é necessário fornecer informações rapidamente, mas sem comprometer sua qualidade.

4. Compreensibilidade:

- Significa que a informação deve ser apresentada de forma clara e acessível, para que os usuários com conhecimento razoável de negócios e contabilidade possam entendê-la.
- Isso não significa simplificar demais ou omitir informações complexas, mas sim organizar e divulgar os dados de modo que facilite o entendimento.

► **Inter-relação entre as características**

É importante notar que as características qualitativas muitas vezes se relacionam e precisam ser equilibradas. Por exemplo:

- A busca por maior tempestividade pode exigir a divulgação de informações estimadas, o que pode afetar a verificabilidade ou a representação fidedigna.
- Um relatório muito técnico pode ser extremamente fiel e completo, mas pode perder em compreensibilidade se não for bem apresentado.
- A comparabilidade pode ser prejudicada se a entidade mudar frequentemente suas políticas contábeis sem justificativa adequada, o que também compromete a representação fidedigna.

Portanto, os profissionais da contabilidade devem exercer julgamento ao aplicar essas características, sempre buscando o equilíbrio ideal para que a informação atenda ao seu objetivo principal: ser útil para a tomada de decisões econômicas.

Estrutura Conceitual da Contabilidade segundo o CPC

A Estrutura Conceitual da Contabilidade, estabelecida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), é um documento que define os princípios, conceitos e fundamentos que orientam a elaboração e a apresentação das demonstrações contábeis. Seu principal objetivo é oferecer uma base teórica sólida para garantir a uniformidade, consistência e coerência na produção das informações contábeis, mesmo diante de situações novas ou não previstas diretamente pelas normas específicas.

Essa estrutura foi formalizada por meio do Pronunciamento Técnico CPC 00 (R2), que está alinhado com a Estrutura Conceitual emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), garantindo compatibilidade com as normas internacionais (IFRS).

► **Objetivo da Estrutura Conceitual**

A Estrutura Conceitual não é uma norma contábil propriamente dita, mas serve como referência para:

- Ajudar os elaboradores das demonstrações contábeis a desenvolver práticas contábeis consistentes quando não houver norma específica aplicável;

ADMINISTRAÇÃO

PRINCIPAIS FUNÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO: PLANEJAMENTO, ORGANIZAÇÃO, DIREÇÃO E CONTROLE; DESCENTRALIZAÇÃO; DELEGAÇÃO

► **Funções de administração**

- **Planejamento, organização, direção e controle:**



► **Planejamento**

Processo desenvolvido para o alcance de uma situação futura desejada. A organização estabelece num primeiro momento, através de um processo de definição de situação atual, de oportunidades, ameaças, forças e fraquezas, que são os objetos do processo de planejamento.

O planejamento não é uma tarefa isolada, é um processo, uma sequência encadeada de atividades que trará um plano.

- Ele é o passo inicial.
- É uma maneira de ampliar as chances de sucesso.
- Reduzir a incerteza, jamais eliminá-la.
- **Lida com o futuro:** porém, não se trata de adivinhar o futuro.
- Reconhece como o presente pode influenciar o futuro, como as ações presentes podem desenhar o futuro.
- Organização ser PROATIVA e não REATIVA.
- Onde a Organização reconhecerá seus limites e suas competências.
- O processo de Planejamento é muito mais importante do que seu produto final (assertiva).

Idalberto Chiavenato diz: “Planejamento é um **processo de estabelecer objetivos e definir a maneira** como alcança-los”.

- **Processo:** Sequência de etapas que levam a um determinado fim. O resultado final do processo de planejamento é o PLANO.
- **Estabelecer objetivos:** Processo de estabelecer um fim.

- **Definir a maneira:** um meio, maneira de como alcançar.

Passos do Planejamento

- **Definição dos objetivos:** O que quer, onde quer chegar.
- **Determinar a situação atual:** Situar a Organização.
- **Desenvolver possibilidades sobre o futuro:** Antecipar eventos.
- Analisar e escolher entre as alternativas.
- Implementar o plano e avaliar o resultado.

▪ **Vantagens do Planejamento**

- **Dar um “norte”:** direcionamento.
- Ajudar a focar esforços.
- Definir parâmetro de controle.
- Ajuda na motivação.
- Auxilia no autoconhecimento da organização.

► **Processo de planejamento**

Planejamento estratégico ou institucional

Estratégia é o caminho escolhido para que a organização possa chegar no destino desejado pela visão estratégica. É o nível mais amplo de planejamento, focado a longo prazo. É desdobrado no Planejamento Tático, e o Planejamento Tático é desdobrado no Planejamento Operacional.

- Global – Objetivos gerais e genéricos – Diretrizes estratégicas – Longo prazo – Visão forte do ambiente externo.

Fases do Planejamento Estratégico:

- Definição do negócio, missão, visão e valores organizacionais;
- Diagnóstico estratégico (análise interna e externa);
- Formulação da estratégia;
- Implantação;
- Controle.

Planejamento tático ou intermediário

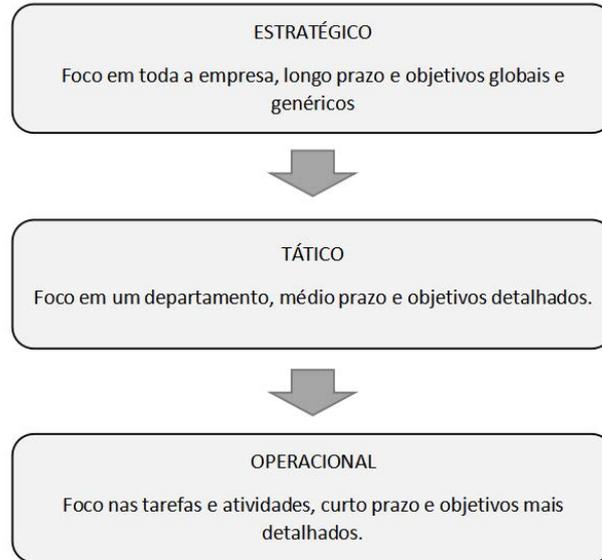
Complexidade menor que o nível estratégico e maior que o operacional, de média complexidade e compõe uma abrangência departamental, focada em médio prazo.

- Observa as diretrizes do Planejamento Estratégico.
- Determina objetivos específicos de cada unidade ou departamento.
- Médio prazo.

AMOSTRA

Baixa complexidade, uma vez que falamos de somente uma única tarefa, focado no curto ou curtíssimo prazo. Planejamento mais diário, tarefa a tarefa de cada dia para o alcance dos objetivos. Desdobramento minucioso do Planejamento Estratégico.

- Observa o Planejamento Estratégico e Tático.
- Determina ações específicas necessárias para cada atividade ou tarefa importante.
- Seus objetivos são bem detalhados e específicos.



Negócio, Missão, Visão e Valores

Negócio, Visão, Missão e Valores fazem parte do Referencial estratégico: A definição da identidade a organização.

- **Negócio:** O que é a organização e qual o seu campo de atuação. Atividade efetiva. Aspecto mais objetivo.
- **Missão:** Razão de ser da organização. Função maior. A Missão contempla o Negócio, é através do Negócio que a organização alcança a sua Missão. Aspecto mais subjetivo. Missão é a função do presente.
- **Visão:** Qual objetivo e a visão de futuro. Define o “grande plano”, onde a organização quer chegar e como se vê no futuro, no destino desejado. Direção mais geral. Visão é a função do futuro.
- **Valores:** Crenças, Princípios da organização. Atitudes básicas que sem elas, não há negócio, não há convivência. Tutoriza a escolha das estratégias da organização.

Análise SWOT

Strengths – Weaknesses – Opportunities – Threats.

Ou FFOA

Forças – Fraquezas – Oportunidades – Ameaças.

É a principal ferramenta para perceber qual estratégia a organização deve ter.

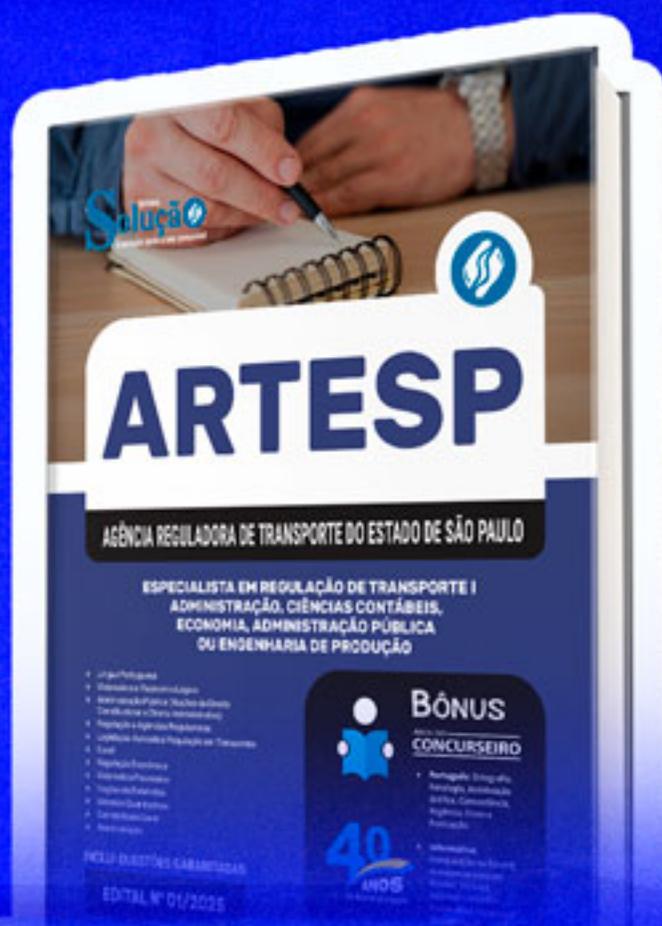
É a análise que prescreve um comportamento a partir do cruzamento de 4 variáveis, sendo 2 do ambiente interno e 2 do ambiente externo. Tem por intenção perceber a posição da organização em relação às suas ameaças e oportunidades, perceber quais são as forças e as fraquezas organizacionais, para que a partir disso, a organização possa estabelecer posicionamento no mercado, sendo elas: Posição de Sobrevivência, de Manutenção, de Crescimento ou Desenvolvimento. Em que para cada uma das posições a organização terá uma estratégia definida.

- **Ambiente Interno:** É tudo o que influencia o negócio da organização e ela tem o poder de controle. Pontos Fortes: Elementos que influenciam positivamente. Pontos Fracos: Elementos que influenciam negativamente.
- **Ambiente Externo:** É tudo o que influencia o negócio da organização e ela NÃO tem o poder de controle. Oportunidades: Elementos que influenciam positivamente. Ameaças: Elementos que influenciam negativamente.

Matriz GUT

Gravidade + Urgência + Tendência

Gravidade: Pode afetar os resultados da Organização.



GOSTOU DESSE MATERIAL?

Então não pare por aqui: a versão **COMPLETA** vai te deixar ainda mais perto da sua aprovação e da tão sonhada estabilidade. Aproveite o **DESCONTO EXCLUSIVO** que liberamos para Você!

EU QUERO DESCONTO!